

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS**

CAMPUS PALMAS

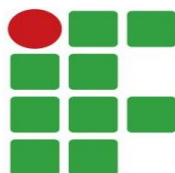
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

HUGO MARTINS SOARES

**Turismo de Base Comunitária no Jalapão: Um Estudo de Caso na
Comunidade Quilombola do Prata em meio à pandemia do COVID-19.**

PALMAS

2020



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS**

CAMPUS PALMAS

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

HUGO MARTINS SOARES

**Turismo de Base Comunitária no Jalapão: Um Estudo de Caso na
Comunidade Quilombola do Prata em meio à pandemia do COVID-19.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso
Superior de Tecnólogo em Gestão de
Turismo, como exigência à obtenção do
grau de formação em Gestão de Turismo
pelo Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia do Tocantins – Campus
Palmas.

Orientadora: Me. Ana Jaimile da Cunha

PALMAS

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

S676t Soares, Hugo Martins
 Turismo de Base Comunitária no Jalapão: um estudo de caso na
 Comunidade Quilombola do Prata em meio à pandemia da COVID-
 19. / Hugo Martins Soares. – Palmas, TO, 2021.
 75 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão de
Turismo) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Tocantins, Campus Palmas, Palmas, TO, 2021.

Orientadora: Ma. Ana Jaimile Cunha

1. Turismo de base comunitária. 2. Comunidade do Prata. 3.
Pandemia. I. Cunha, Ana Jaimile. II. Título.

CDD 338

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins
de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a).

HUGO MARTINS SOARES

**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO JALAPÃO: UM ESTUDO DE CASO
NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO PRATA EM MEIO À PANDEMIA DO
COVID-19.**

Trabalhado de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de CST Gestão de Turismo
do Instituto Federal do Tocantins - Campos Palmas,
como exigência à obtenção do grau em Gestão de
Turismo.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA AVALIADORA

Prof.^a MSc. Ana Jaimile da Cunha

(Orientadora) IFPB – Campus João Pessoa

Prof.^a MSc. Jaci Camara de Albuquerque

IFTO – Campus Palmas

Prof. MSc. Jose Mendes Gama Junior

IFTO – Campus Palmas

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meus pais Orlando e Maria de Lourdes por todo o esforço ao longo de minha criação para superar as dificuldades, além de serem meus exemplos de educação, dignidade e resiliência.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem a ajuda e suporte de algumas pessoas, dentre as quais destaco:

Minha orientadora Prof.^a MSc. Ana Jaimile da Cunha, que com suas orientações pontuais foi capaz de não só orientar, mas me motivar e entender que o trabalho estava no caminho certo.

Meus irmãos Mhaido Lucas e Victória que me deram apoio emocional e estiveram presentes desde o início do processo.

Meu amigo Santiago pelo apoio emocional e os momentos de diversão quando o processo se tornava árduo.

Minha parceira e namorada Ludimila que sempre acreditou em mim, me motivando e oferecendo apoio emocional.

Toda a equipe da Jalapão Expedições pela força e apoio durante meu processo de conclusão de curso, não só psicológico, mas físico, proporcionando as condições necessárias para a produção da pesquisa, onde também destaco o Henrique Abreu, por acreditar em meu potencial e em meu processo de desenvolvimento no turismo.

O Povoado do Prata, pela confiança em nosso trabalho, abrindo as portas para nos receber e, mesmo durante a pandemia, estavam sempre dispostos a ajudar, sendo extremamente importantes para o desenvolvimento da pesquisa.

Muito obrigado, do fundo do coração!

EPÍGRAFE

“Eu sou apenas um rapaz latino-americano sem dinheiro no banco, sem parentes importantes, e vindo do interior, mas trado na cabeça uma canção do rádio, em que um antigo compositor baiano me dizia, tudo é divino, tudo é maravilhoso...” – Belchior.

RESUMO

O turismo de base comunitária iniciou seus primeiros debates no Brasil na década de 90, momento em um contexto global onde já se discutia tópicos como a sustentabilidade, inclusão social e o surgimento de um turista mais criterioso e disposto a buscar por troca de experiências ao invés de apenas lugares. Quase uma década após, a Comunidade do Prata, localizado no Jalapão, teve seus primeiros contatos com o turismo, através do artesanato de capim dourado. Em 2014, por meio do PDRIS, houve a implantação de um projeto de turismo de base comunitária na comunidade, porém, a real situação deste projeto, bem como a própria comunidade ainda se encontram desconhecidas quando analisada a pouca quantidade de estudos e informações sobre. Não o bastante, o mundo enfrenta uma pandemia causada pelo COVID-19, se estendendo por mais de dezesseis meses no Brasil até o momento, o que dificulta a produção de conhecimento científico, bem como o desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo. O presente estudo buscou analisar a real situação em que se encontra o turismo de base comunitária na Comunidade do Prata, considerando também o contexto da pandemia da COVID-19. Os estudos anteriores sobre a comunidade como o de Rosa (2013), bem como Souza, Santos e Cançado (2017), foram fundamentais para um maior entendimento da realidade já existente. A pesquisa foi realizada através de uma pesquisa qualitativa, com caráter exploratório-descritivo, utilizando o estudo de caso e a aplicação de entrevista semiestruturada com os envolvidos na atividade turística da comunidade, como base metodológica. Foi possível perceber que a Comunidade Quilombola do Prata já possui uma infraestrutura mínima para a realização do turismo de base comunitária, além de obter um conhecimento básico da importância do turismo, em especial o TBC, sofrendo atualmente limitações devido à presença da pandemia, porém não sendo suficiente para cessar a vontade de desenvolver a atividade na comunidade.

Palavras-chaves: Turismo de base comunitária, Comunidade do Prata, Pandemia, Jalapão.

ABSTRACT

Community-based tourism began its first debates in Brazil in the 1990s, a time in a global context where topics such as sustainability, social inclusion and the emergence of a more discerning tourist willing to seek an exchange of experiences were already discussed instead of only places. Almost a decade later, Povoado do Prata, located in Jalapão, had its first contacts with tourism, through the handicraft of golden grass. In 2014, through PDRIS, a community-based tourism project was implemented in the Community, although, the real situation of this project, as well as the community itself, are still unknown when analyzing the small amount of studies and information about it. Not enough, the world is facing a pandemic caused by COVID-19, extending for more than sixteen months in Brazil so far, which hinders the production of scientific knowledge, as well as the development of activities related to tourism. This study sought to analyze the real situation in which community-based tourism is found in the Community of Prata, also considering the context of the COVID-19 pandemic. Previous studies on the community such as Rosa's (2013), as well as Souza, Santos and Cançado (2017), were fundamental for a greater understanding of the existing reality. The research was realized through a qualitative research, with an exploratory-descriptive character, using the case study and the application of a semi-structured interview with those involved in the tourist activity of the community, as a methodological basis. It was possible to notice that the Quilombola do Prata Community already has a minimum infrastructure to carry out community-based tourism, in addition to obtaining a basic knowledge of the importance of tourism, especially TBC, currently suffering limitations due to the presence of the pandemic, but not being enough to stop the desire to develop the activity in the community.

Keywords: Community-based tourism, Prata Community, Pandemic, Jalapão.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADTUR – Agência de Desenvolvimento do Turismo

PDRIS – Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável

TBC – Turismo de Base Comunitária

ICMbio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

WTTC – World Travel & Tourism Council

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 01. Comunidades Quilombolas do Tocantins.

Tabela 02. Frases-chave.

Quadro 01. Experiências citadas pela comunidade.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Localização da Comunidade Quilombola do Prata.

Figura 02. Casa de Adobe na comunidade.

Figura 03. Loja de artesanato de Capim Dourado na Associação da comunidade.

Figura 04. Casa de alvenaria utilizada como meio de hospedagem no projeto.

Figura 05 – Bicicletas para utilização na trilha da Cachoeira do Prata.

Figura 06 – Casa de alvenaria utilizada para hospedagem ao lado de estrutura de palha.

Figura 07 – Casa de alvenaria utilizada como meio de hospedagem.

Figura 08 – Balcão de atendimento da Associação.

Figura 09 – Almoço servido no restaurante Sabor do Quilombo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. OBJETIVOS	18
2.1 Objetivo geral	18
2.2 Objetivos específicos	18
3. REVISÃO DE LITERATURA	19
3.1 O desenvolvimento do turismo ao longo do tempo	19
3.2 Desenvolvimento Sustentável.....	22
3.3 Turismo e Desenvolvimento Sustentável	24
3.3.1 Turismo de Base Comunitária na perspectiva da sustentabilidade	26
3.4 Comunidades Tradicionais e os Quilombos no Estado doTocantins.....	29
3.5 A Comunidade Quilombola do Prata	33
3.6 A COVID-19 e sua relação com o turismo.....	40
4. METODOLOGIA	45
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS	47
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICE 01	67
APÊNDICE 02	69
APÊNDICE 03	74

1. INTRODUÇÃO

Quando o assunto é turismo, trata-se de um dos setores que mais crescem no mundo na atualidade. Assis (2002, p. 132) corrobora, afirmando que “seu processo de expansão é tão veloz e dinâmico que já o reverenciam como o “fenômeno mais promissor do século XXI”. É importante salientar que, para atingir este patamar, o turismo, com seu grande crescimento, acaba por gerar impactos tanto positivos quanto negativos, e desta forma, o turismo com o passar do tempo e com os efeitos da globalização e seu dinamismo atual, “deixou de ser um *animal doméstico* e tornou-se *selvagem*, sendo necessário controlá-lo”. (TULIK, 1994, p. 14)

Diante deste contexto, envolto em pressões mundiais sobre o mercado turístico e um novo pensamento mundial no que se refere à sustentabilidade, bem como a mentalidade cada vez mais crítica dos turistas, o turismo de base comunitária, assunto tema deste trabalho, surge como uma alternativa de resistência ao turismo convencional, emergindo inicialmente nos países em desenvolvimento, e se fortalece nesta linha de pensamento, reforçada pela busca por um turismo mais sustentável, que englobe os aspectos sociais e ambientais, além de satisfazer os anseios das comunidades (Bartholo et al., 2009; Burgos e Mertens, 2015).

Desta forma, partindo do princípio de que o turismo de base comunitária se contrapõe ao turismo convencional no que se refere à distribuição de benefícios e busca pela sustentabilidade, de acordo com o Ministério do Turismo, se pode conceituar o TBC como:

“[...] um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística” (MTur, 2008 apud Bartholo, Sansolo e Bursztyn, 2009).

No Brasil, o turismo de base comunitária tem se consolidado nas últimas décadas e se apresentado como um setor em crescimento, estabelecendo-se, principalmente, em áreas protegidas ou espaços rurais, além de normalmente estarem localizadas próximas a destinos que já são

consolidados e dependerem destes para seu desenvolvimento (MTur, 2010; Bursztyn e Bartholo, 2012). Ainda para Bartholo (2012), embora este setor se encontre em desenvolvimento e constantemente debatido na atualidade, ainda há muito a se fazer, começando pela melhoria da prestação de serviços por meio da capacitação, bem como a gestão dos negócios comunitários, o monitoramento do turismo, além das formas de acesso ao mercado.

Portanto, se faz necessário, fundamentalmente, observar os aspectos citados acima, e que são considerados, segundo Mielke e Pegas (2013) como *situações-problema*, e que, em sua ineficácia são responsáveis pelo insucesso de três quartos dos projetos de TBC no Brasil, os impossibilitando de progredirem à longo prazo. Os autores ainda afirmam que, no Brasil, é essencialmente necessário levar em conta a vasta diversidade sociocultural, em virtude da extensão territorial, e monitorar a governança comunitária e o acesso ao mercado desde as primícias da implantação do TBC, para que se obtenha resultados concretos e de longo prazo.

Outro aspecto essencial para a análise do turismo de base comunitária é a abordagem por uma perspectiva endógena, onde a comunidade local e receptora é o ator principal. Para Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009), não é possível se imaginar TBC sem observarmos por esta ótica, onde o protagonismo social se vê como peça fundamental para o desenvolvimento desta atividade, sendo fruto do sentimento de pertencimento do processo, e o poder de influência na atividade, que a comunidade adquire ao longo do tempo. Carvalho (2007, apud Monteiro, 2012) afirma que o turismo comunitário é capaz de fazer com que os membros e agentes da comunidade se sintam capazes de organizar estratégias para o desenvolvimento do turismo, e, ainda, que o lucro proveniente desta atividade permanece na comunidade, melhorando a qualidade de vida desta.

Ainda sob o ponto de vista econômico, o turismo de base comunitária exerce uma relevante importância para as comunidades onde ele se insere. Para Fabrino (2009), uma relação de interdependência é gerada, onde as atividades tradicionais se tornam bases essenciais para o desenvolvimento da atividade turística como produto, e as próprias atividades tradicionais (práticas, técnicas e modos) podem se fortalecer por meio da atividade.

No Tocantins, a Comunidade Quilombola do Prata se localiza no extremo leste do Estado, fronteira com o Estado do Piauí, Maranhão e Bahia. Seu processo de ocupação se deu no final do século XIX, no início do período pós-abolição, com a migração e “fuga” piauiense dos pais de Marcelino e Luísa, a primeira família da comunidade, em virtude de condições severas de clima e busca por melhores condições de vida na região do Jalapão.

Hoje se sabe que o Jalapão é uma região rica em belezas naturais, assim como a grande presença de nascentes d’água (BUENO, 2012), fator que atrai muitos visitantes, e incentiva a busca pelo local. De qualquer forma, quando analisado o caso da Comunidade Quilombola do Prata, mesmo localizando-se na região do Jalapão, ainda se trata de uma comunidade desconhecida no turismo, com poucos estudos relacionados à realidade existente naquele local, tanto relacionados ao TBC quanto à própria comunidade, o que dificulta a visibilidade e automaticamente tem reflexos no desenvolvimento destes aspectos e setor.

Atualmente esta mesma comunidade realiza o Turismo de Base Comunitária, ainda que de forma precária, e com dificuldade ao acesso ao mercado, onde se aponta a falta de incentivo do poder público na divulgação do produto como um dos principais fatores. A ideia de implantação da atividade teve início em 2010, por meio do projeto Turismo de base comunitária no Território da Cidadania do Jalapão, que se concretizou em 2014 através da seleção da comunidade pela Agência de desenvolvimento turístico do Estado do Tocantins, ADTUR, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento do Estado e o Banco Mundial, desta vez, por meio do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS). A ampliação da geração de renda, a estruturação dos meios de hospedagem, alimentação e passeios turísticos, bem como o protagonismo da comunidade foram os objetivos do projeto (SOUZA, SANTOS e CANÇADO, 2017).

Nesta perspectiva, quando se fala em desenvolvimento do turismo em determinado local, é necessário entender a relação do meio externo com o interno, onde, através da vasta malha de relações dos agentes envolvidos é que se pode produzir uma estrutura mais sólida, e desta forma, É possível se fazer uma relação de impactos entre a retração ocorrida no turismo, em virtude da

pandemia do coronavírus e o desenvolvimento do turismo em determinado local, onde Lima (2002, apud Fabrino, 2013) afirma ser necessário entender a relação do meio externo com o interno, e sendo assim, através da vasta malha de relações dos agentes envolvidos é que se poderia produzir uma estrutura mais sólida, por exemplo, quando o autor menciona a relação entre turismo e desenvolvimento, tanto social, quanto econômico, sendo local-global, afirma que há uma dependência entre ambos para o sucesso da atividade, e como se observa, desde o início da pandemia, as atividades no turismo tem sido extremamente limitadas, impactando diretamente e indiretamente as comunidades que, de certa forma, dependem do turismo para se desenvolverem.

Portanto, analisando este contexto de relações dependentes e o atual cenário econômico mundial, em virtude do COVID-19, percebe-se uma situação que parou o turismo, e se mostra extremamente preocupante para o setor, e consequentemente, para as comunidades nele inseridas. A WTTC (World Travel & Tourism Council), por exemplo, afirma que cerca de 50 milhões de empregos no ramo serão colocados em risco em 2020. Segundo o economista Hatheway (2020, apud Luis e Miller, 2020), um grande impacto na economia mundial será causado pelo coronavírus, e áreas como as viagens regionais e nacionais, e, consequentemente, o turismo serão afetadas.

Neste sentido, além dos impactos causados pelo coronavírus no turismo, no setor econômico, além da contribuição da pandemia para a dificuldade na produção de conhecimento científico relacionados ao tema, a Comunidade Quilombola do Prata também enfrenta desafios internos no desenvolvimento do projeto de turismo de base comunitária, tendo como principais causas do não sucesso, até o momento, a falta de participação e incentivo do estado em relação ao monitoramento do desenvolvimento do projeto, e a própria dependência da comunidade de uma gestão externa, fator que deve contribuir para a falta de independência da comunidade na gestão da atividade, que é um dos objetivos a serem alcançados pelo TBC (SOUZA, SANTOS e CANÇADO, 2017).

Portanto, o presente projeto de pesquisa tem como objetivo identificar a realidade do turismo de base comunitária na Comunidade Quilombola do Prata durante a pandemia, bem como a percepção dos envolvidos na atividade em relação a este segmento do turismo e a pandemia da COVID-19.

2. OBJETIVOS

2.1 Geral

Analisar a atual situação do turismo de base comunitária na Comunidade Quilombola do Prata durante a pandemia do COVID-19.

2.2 Específicos

- I) Descrever a estrutura turística existente na Comunidade do Prata.
- II) Identificar a percepção dos membros da comunidade envolvidos na atividade turística em relação ao turismo de base comunitária e a pandemia do COVID-19.
- III) Verificar aspectos culturais, históricos e modos de saber e fazer que possam agregar valor à experiência do TBC na comunidade.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 O desenvolvimento do turismo ao longo do tempo

O turismo é um dos fenômenos sociais que mais se desenvolve na atualidade, para Castro, Guimarães e Magalhães (2013, p. 7), trata-se de “... um dos mais importantes do nosso tempo”. Segundo o Ministério do Turismo, em análise às previsões da Organização Mundial do Turismo (OMT), o ano de 2018 foi o segundo melhor resultado da década, e as previsões para o ano de 2019 seguem no mesmo caminho (SAMPAIO, 2019). Assis (2002, p. 132) corrobora, afirmando que “seu processo de expansão é tão veloz e dinâmico que já o reverenciam como o “fenômeno mais promissor do século XXI”.

Entretanto, para que se possa entender este fenômeno como um todo, é necessário retornar ao passado, as primícias desta prática social. Desta forma, relatos como as primeiras cruzadas, há 5 mil anos atrás, o “Guidebook of Greece” um guia de viagens de quase 200 A.C, escrito pelo grego Pausanias, as visitas as Pirâmides por motivos religiosos e curiosidade são os primeiros relatos de viagens por motivos relacionados ao turismo (AMARAL JUNIOR, 2008).

No que se refere ao uso do termo, quando Lickorich e Lenkins (2000) apud Cisne e Gastal (2010) menciona o turismo “pré-histórico”, em sua obra “Introdução ao Turismo”, remete à era Medieval, onde o estilo de vida das pessoas começa a ser influenciado pelo crescimento da indústria. Portanto, alguns fatores são citados na obra do autor como incentivadores à busca por visitas a novas localidades, tais como: o aumento da riqueza, a ampliação das classes de comerciantes e profissionais, além do processo de educação individual, que se relaciona com o turismo através do que, na época (século XIV), foi chamado de *Grand tour*, uma saída de jovens ingleses de classes mais altas pelo continente, em viagens de estudos, para complemento da educação e crescimento pessoal (TOSQUI, 2007). Neste mesmo sentido, os termos *Touring* e *Tourisme* são utilizados no século XIX, para de se referirem as mesmas práticas em outros países da Europa.

Seguindo com a cronologia, para Filho (2004) outro acontecimento fundamental para o processo de desenvolvimento do turismo foi a revolução industrial, trazendo consigo questões sobre tempo de trabalho e tempo de lazer, o advento do salário e consequentemente um aumento relativo no poder de consumo das classes mais baixas, o uso do vapor como impulsão, a criação de ferrovias e dessa forma maior mobilidade geográfica. Boerngen (2002) corrobora, afirmando que através da revolução industrial, alinhada com o desenvolvimento de novas técnicas de se fazer estradas, deu um salto gigantesco para o desenvolvimento dos transportes no mundo.

Neste contexto de acontecimentos, que se desenvolveram inicialmente na Inglaterra, e onde surge um nome que hoje é citado como “o pai do turismo moderno”, Thomas Cook, responsável por criar o turismo de massa ferroviário e organizar os primeiros pacotes turísticos da maneira que conhecemos hoje, fornecendo a possibilidade as classes menos privilegiadas de se viajar com tarifas reduzidas, em grupo, podendo estar em lugares que anteriormente somente os ricos frequentariam (FILHO, 2004). Para La Torre (2002), o transporte tem importância econômica, social e política, uma vez que está diretamente ligado a qualquer atividade que envolva movimentação, tanto de pessoas, quanto objetos e ideias.

A partir desta iniciação ao turismo moderno, em meados do século XIX, fase de transição entre o capitalismo comercial para o capitalismo industrial, o cenário era propício para os movimentos turísticos. Com a produção aumentando de escala, reforçada pelas pesquisas tecnológicas, que garantiam uma melhoria nos meios de hospedagem, bem como segurança e mais rapidez nos meios de transporte, o mundo passa a conhecer o turismo como forma de revigorar a energia gasta com o trabalho (CAMPOS e GONÇALVES, 1998).

No século seguinte, a partir de 1950, com o desenvolvimento do turismo, através de uma série de mudanças no comportamento humano, incentivadas por fatores como o pós-guerra, que trouxe uma série de mudanças culturais, bem como as conquistas sociais, e a rápida evolução tecnológica, passa-se a perceber as viagens como estilo de vida e forma de absorção de conhecimento (CAMPOS e GONÇALVES, 1998).

Percebe-se, portanto, que, o turismo nasce no contexto capitalista, estimulado pela nova percepção do homem em relação à produção, e a necessidade de realização própria. Para Campos e Gonçalves (1998, pg. 15):

Toda essa evolução tecnológica produz uma nova cultura, um novo indivíduo com novos desejos, preocupado com o privado, com os direitos individuais, com o culto ao corpo, à beleza pessoal, à apresentação física, ao acúmulo de bens e ao consumismo.

Quando se fala em evolução tecnológica é inevitável, também, se falar de globalização, processo que, sem dúvidas, contribuiu para o desenvolvimento do turismo. Tal evolução afeta diversas áreas que exercem influência no turismo, como os meios de transportes (cada vez mais rápidos), a comunicação (fator essencial para as relações atuais de longa distância). Para Tulik (1994), com a globalização as distâncias e as fronteiras políticas, perdem o significado, uma vez que são superadas pela velocidade de acontecimentos disponível hoje. Neste sentido, Soares (2007, p.64) afirma que:

O turismo é comumente associado à globalização – à intensificação dos fluxos turísticos internacionais e à queda das fronteiras culturais promovidas pelo encontro entre o visitante e o visitado. Soma-se, ainda, a constante relação com a entrada de investimentos, a abertura de mercados, a influência da tecnologia da informação e dos transportes e a ativação de novos parâmetros administrativos e políticos internacionais, transnacionais e supranacionais que influenciam em seu andamento.

Seguindo este raciocínio, o turismo, diante das facilidades e flexibilidades proporcionadas pela globalização, se tornou uma indústria com grande potencial de crescimento, sendo uma das que mais crescem anualmente, como citado no início deste tópico. Contudo, dada a capacidade de crescimento quantitativo do setor e conseqüentemente os impactos do mesmo para atingir este patamar, é inevitável o questionamento em um sentido para além do desenvolvimento apenas econômico. Neste sentido, Santos (1997) apud Santos (2002) afirma que o turismo está enraizado no processo de mundialização, fazendo uso constante da natureza para explorá-la e consumi-la. Para Agnol (2012), à medida que o turismo se desenvolve gera impactos positivos e negativos, podendo serem irreversíveis, dependendo do tempo de resposta e atenção dados à questão.

Portanto, o turismo, como se encontra atualmente, precisa ser abordado por uma perspectiva não somente econômica, mas também em áreas como

sociais, ambientais e culturais. Neste contexto, Amaral Junior (2008) afirma que os impactos sociais não têm sido foco das análises do turismo, sendo constantemente esquecidos. O autor ainda afirma que, no caso das comunidades, intensificado pelo turismo de massa, o contato visitante/local pode gerar impactos como alterações nos costumes dos moradores locais, proveniente da imitação de hábitos dos visitantes, violência, prostituição, desvio de recursos que deveriam ficar na comunidade, findando na mera exploração do local, ao invés de contribuição real da atividade.

Diante deste contexto, Tulik (1994) afirma que o turismo com o passar do tempo, com os efeitos da globalização e seu dinamismo atual, deixou de ser um *animal doméstico* e tornou-se *selvagem*, sendo necessário controlá-lo. Beni (2003, p. 14) aponta alguns aspectos que precisam existir para que se possa falar em turismo de uma forma realmente sustentável, e não somente como sustentar a atividade econômica do turismo, sendo eles:

compreensão dos impactos turísticos; distribuição justa de custos e benefícios; geração de empregos locais diretos e indiretos; fomento de negócios lucrativos; injeção de capital com consequente diversificação da economia local; interação com todos os setores e segmentos da sociedade; desenvolvimento estratégico e logístico de modais de transporte; encorajamento ao uso produtivo de terras tidas como marginais (turismo no espaço rural); subvenções para os custos de conservação ambiental.

Deste modo, observa-se que, com o desenvolvimento do turismo, algumas novas segmentações desta atividade surgem, com o intuito de não só diminuir os impactos do turismo convencional, mas, também, propor uma alternativa ao mesmo, no sentido de não somente explorar o local receptivo, mas interagir com ele de forma mais harmoniosa e menos impactante, caso do turismo de base comunitária e turismo cultural, que se mostram bons exemplos de como, diante das condições atuais, se explorar o potencial que o turismo também é capaz de oferecer socio culturalmente.

3.2 Desenvolvimento Sustentável

Embora o desenvolvimento sustentável seja um termo amplamente discutido e conhecido na atualidade, foi há pouco mais de trinta anos que ele ganhou notoriedade, após a apresentação pela Organização das Nações Unidas (ONU) do documento “Nosso Futuro Comum”, no Relatório Brundtland, em 1987, na Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (HANAI, 2012).

Dentre os aspectos que envolvem a busca pelo Desenvolvimento Sustentável citados no relatório estão não só o atendimento às necessidades básicas do ser humano, como também informa Lélé (1991), mas a capacidade do mesmo de atingir suas aspirações de uma qualidade de vida melhor, a busca dos padrões gerais de consumo pelo desenvolvimento sustentável a longo prazo, a asseguarção das mesmas oportunidades a todos, a garantia de que os sistemas naturais que mantem a vida na terra não sejam colocados em risco, a conservação das espécies vegetais e animais, a definição de uma produtividade máxima sustentável, e a harmonização dos vários aspectos do desenvolvimento, no sentido de satisfazer as necessidades humanas a longo e indeterminado prazo de forma sustentável (BRUNDTLAND, 1991).

Desta maneira, o conceito que vem sendo mais aceito ao longo dos anos para Desenvolvimento Sustentável, segundo a WWF (World Wildlife Fund ou Fundo Mundial da Natureza) é de um desenvolvimento onde se utiliza os recursos disponíveis sem o comprometimento da utilização dos mesmos pelas gerações futuras, levando em conta os recursos finitos e a qualidade ao invés de quantidade.

Em contrapartida, embora muito aceita, a ideia de Desenvolvimento Sustentável ainda é tratada como utopia para alguns autores, devido a operacionalidade e o atual sistema econômico mundial (CANDIOTTO e CORRÊA, 2004 apud HANAI, 2012). Rodhe (1982) apud Cavalcante (2003) afirma que é necessária uma mudança no sistema vigente atualmente para que se possa falar em Desenvolvimento Sustentável, pois tem sido responsável por uma “insustentabilidade planetária”.

Barbosa (2008, p. 10) considera o Desenvolvimento Sustentável uma “possível resposta aos anseios da sociedade”, porém reconhece os prejuízos as condições ambientais já causadas pela atual forma de desenvolvimento e consumo. Desta forma, se verifica a necessidade de que, segundo Cuello Nieto (1997) apud Hanai (2012), haja uma abordagem do tema Desenvolvimento Sustentável por uma ótica diferente dos modelos de desenvolvimento atuais, pois a ênfase desses está no “...crescimento e não no progresso” (p.209). Beni (2003, p. 12) corrobora, afirmando que o desenvolvimento sustentável:

“...aponta para a necessidade de reflexões ao estabelecimento de uma visão da estrutura da organização da economia, da sociedade e de suas relações de troca com o meio ambiente”.

Portanto, observa-se que, para a saída do desenvolvimento sustentável do plano teórico para o prático, é, essencialmente, necessária uma mudança de pensamento da própria sociedade e do sistema de consumo em que esta vive, possibilitando o real potencial deste modelo de proporcionar uma continuidade socioambiental à longo prazo.

3.3 Turismo e Desenvolvimento Sustentável

O turismo tem se mostrado ao longo dos anos uma atividade com grande potencial de desenvolvimento e capaz de exercer importante influência sobre áreas como a economia, o meio ambiente e o meio sociocultural (MARUJO, 2008), uma vez que é responsável por 10% do PIB e do emprego do mundo (NASCIMENTO, 2018). Rao (2000) corrobora, afirmando que o turismo é uma das indústrias que mais crescem no mundo, sendo responsável por prover renda para muitos países, embora também gere impactos negativos nas áreas citadas acima.

Desta forma, dado o potencial de desenvolvimento da atividade e a abrangência de seus impactos, tanto positivos, quanto negativos, é necessário, também, se falar de sustentabilidade, que para Ivars Baidal (2001) apud Hanai (2012) deve estar além, simplesmente, do ecoturismo e turismo rural, estando presente no objetivo principal de todo espaço ou produto turístico em qualquer de seus estados evolutivos. Neste pensamento, quando Dias (2003) comenta o conceito de ciclo de vida de um destino turístico elaborado por Butler (1980), menciona a associação de cada um dos estágios com um impacto econômico, ecológico e sociocultural específico.

Neste sentido, Beni (2003, p. 14) afirma que o turismo, em sua grande e complexa abrangência, para ter sua base na sustentabilidade, tem a necessidade de envolver a:

“...compreensão dos impactos turísticos; distribuição justa de custos e benefícios; geração de empregos locais diretos e indiretos; fomento de negócios lucrativos; injeção de capital com consequente diversificação da economia local; interação com todos os setores e segmentos da sociedade; desenvolvimento estratégico e logístico de modais de

transporte; encorajamento ao uso produtivo de terras tidas como marginais (turismo no espaço rural); subvenções para os custos de conservação ambiental.

Rao (2000) afirma que atingir um modelo de turismo sustentável é um processo constante e necessita de monitoramentos de impactos, com medidas de prevenção e correção se necessário, além de incentivar e conscientizar os usuários (turistas) sobre a sustentabilidade e a aplicação de práticas sustentáveis pelos mesmos.

O turismo sustentável, como afirma Silveira (2001) apud Candiottto (2009):

“...é aquele que deve atender as necessidades dos turistas e das populações locais no presente, sem pôr em risco a capacidade das gerações futuras de atender as suas necessidades. Ele deve ter como principais objetivos a sustentabilidade ecológica, a equidade social e a eficácia econômica.”.

Portanto, quando se fala em práticas sustentáveis, não só dos turistas, mas de todos os agentes envolvidos no turismo, é fundamental que se entenda a necessidade da partida do plano teórico para o campo da ação. Candiottto (2009, p. 52) corrobora, afirmando que, embora relevante, não seria suficiente apenas apontar o que deve ser feito para atingir um turismo sustentável, é necessário ir a fundo nas experiências que já existem, analisando as dificuldades operacionais atuais, além de considerar “... fundamental uma aproximação entre teoria e prática, pois há uma relação intrínseca e dialética entre ambas.

Desta forma, embora haja vários posicionamentos em relação ao conceito de Turismo Sustentável, é essencial que o meio para atingi-lo seja pela análise dos vários aspectos que o envolvem, como o atual sistema econômico, os interesses individuais e coletivos dos envolvidos, os aspectos ambientais, a valorização real da cultura para além do “produto turístico”, em busca de um modelo que possa ser realmente efetivo ou, no mínimo, factível, tendo em vista a forma utópica como é vista hoje (CANDIOTTO, 2009).

3.3.1 Turismo de base comunitária na perspectiva da sustentabilidade

Diferente do turismo tradicional o turismo de base comunitária no Brasil tem seus primeiros debates em meados dos anos 90, nos Encontros de Turismo de Base Local, dando início às primeiras pesquisas sobre o tema, e tais discussões permaneceram por certo tempo, como redes não formais de pesquisadores interessados no assunto. Somente quando esta atividade é vista pelo país como potencial para a inclusão social e a participação social, juntamente com a governança democrática, se tornando foco internacional, é que o tema se tornou mais visível (IRVING, 2002).

O debate que trata desta temática perpassando o âmbito nacional, apresenta discussões em relação a inclusão social cultural e ambiental, sustentabilidade, capital social e participação social, além de trazer novas abordagens de mercados, onde as agências e operadoras de turismo buscam por novas experiências, vivências e conhecimentos que possam satisfazer a necessidade do turista atual, para além do trivial, foram capazes de colocar o turismo de base comunitária como uma alternativa em discussão (IRVING, 2002 ; FABRINO, 2013).

Assim as constantes discussões deste modelo de conduzir a atividade turística que pode ser entendida como uma forma de desenvolvimento da atividade, quer seja econômica, social e ambiental, tornando fundamental se pensar no turismo como mais uma ferramenta para atingir tal busca por desenvolvimento, minimizando os impactos do modelo convencional através de novas práticas, e por meio do planejamento poder, de fato, contribuir para a distribuição democrática dos benefícios e oportunidades, bem como a participação social efetiva neste desenvolvimento, que são algumas das premissas do TBC (HALLACK, BURGOS e CARNEIRO, 2011). Burgos e Mertens (2015, p. 58) corroboram, afirmando que “o TBC se consolidou na última década no Brasil como um modelo de desenvolvimento turístico que pode apontar caminhos para a sustentabilidade”.

Embora não haja um conceito *fechado* em relação ao turismo de base comunitária em virtude da diversidade de experiências existentes no Brasil e no mundo, é possível observar alguns princípios básicos para sua existência, como a participação da comunidade no processo de desenvolvimento e gestão da

atividade, que, para Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009), seria impossível imaginar este modelo sem esta *peça fundamental*, os aspectos culturais e ambientais, a interculturalidade entre visitante e comunidade receptora, e a geração de benefícios para a comunidade, sendo, também, um item fundamental, e que, no que se refere a benefícios econômicos, deve-se surgir como complemento às atividades já existentes, mas nunca substituto destas (FABRINO, 2013).

Partindo dessas premissas, o TBC se mostra uma alternativa em relação ao turismo de massa, exigindo menor infraestrutura, ao passo que valoriza a essência do ambiente e a cultura do local em que se insere, respeitando-a, e, muitas vezes, servindo como forma de incentivo e resgate destes hábitos, modos de fazer e viver, e permitindo também, uma relação horizontal entre visitante e visitado (BARTHOLO, SANSOLO e BURSZTYN, 2009).

Desta forma, o turismo de base comunitária tem se mostrado um importante aliado no que se refere ao sentimento valorização e conscientização por parte das comunidades sobre seus recursos humanos, ambientais e culturais (MALDONADO, 2006). A autora ainda afirma que:

O patrimônio comunitário é formado por um conjunto de valores e crenças, conhecimentos e práticas, técnicas e habilidades, instrumentos e artefatos, lugares e representações, terras e territórios, assim como todos os tipos de manifestações tangíveis e intangíveis existentes em um povo. Através disso, se expressam seu modo de vida e organização social, sua identidade cultural e suas relações com a natureza (p.29).

Busca-se, através desse modelo de turismo, o desenvolvimento local, não se tratando somente do sentido econômico, mas, também, o sociocultural, através da participação efetiva da comunidade no planejamento e gestão da atividade turística, gerando um sentimento de pertencimento ao processo. Neste sentido, Hanai (2012) afirma que o desenvolvimento local é um processo de mudança interna que deve levar em consideração a viabilidade econômica, explorando os potenciais locais, elevando as oportunidades sociais ao passo que assegura a conservação dos recursos naturais, para que possa caminhar em um sentido sustentável e efetivo.

Desta maneira, a comunidade local deve ser capaz de, por meio da participação efetiva nos processos de desenvolvimento da atividade turística, se

fortalecer como conjunto, entender a importância de seus recursos humanos, culturais e ambientais, bem como a preservação destes, mesmo se tratando de um grupo heterogêneo e com interesses, muitas vezes, diferentes. Para Burgos e Mertens (2015, p. 68) “[...] o sucesso da gestão participativa na prática do TBC depende do grau de apropriação do projeto por parte da comunidade [...]”.

No que se refere à sustentabilidade, pode-se embora o turismo de base comunitária aponte caminhos, para autores como Fabrino (2013, p. 14) é essencial a aplicação de uma análise crítica sobre o TBC, caso contrário, seriam apenas bases ideológicas não associadas à realidade. A autora ainda afirma que é importante estar “[...] instituindo parâmetros, sistematizando experiências e reconhecendo o alcance e os limites dessa proposta”, além de estabelecer uma relação entre teoria e prática, a fim de se entender o que é alcançável, ou não, de acordo com a realidade existente.

Neste sentido, se destacam alguns aspectos a serem levados em conta no que se refere a princípios para o sucesso de projetos de turismo de base comunitária, como: a indispensável consciência da comunidade sobre a importância do turismo e seus benefícios bem como os possíveis impactos, a capacidade dos envolvidos, por meio da capacitação, de não só gerir a atividade, mas, também, criar produtos capazes de satisfazer a demanda no sentido de qualidade, bem como o estabelecimento de parcerias com atores externos para se conseguir alcançar visibilidade no mercado, além da aplicação de critérios de monitoramento do desenvolvimento da atividade de acordo com a realidade local (MIELKE e PEGAS, 2013).

Portando, para que o turismo de base comunitária possa, de fato, ser aplicado com seu real potencial, saindo do campo da teoria, é necessário, primeiramente, uma mudança interna na comunidade em que ele se insere, no que se refere ao entendimento desta atividade como um todo, seus processos, benefícios, bem como os impactos negativos. Partindo deste ponto, e através de uma série de processos que irão tanto capacitar a comunidade para a realização desta atividade turística, quanto criar uma base sólida para permitir, a longo prazo, a sustentação da mesma, é que se pode percorrer caminhos para sustentabilidade.

3.4 Comunidades tradicionais e os quilombos no Estado do Tocantins

Não é novo afirmar que os primeiros séculos da História do Brasil foram marcados, em grande parte, pela escravidão, onde escravos desembarcavam no litoral, trazidos da África e eram submetidos a trabalhos forçados e com condições insalubres, além de serem tidos como propriedade de seus senhores. Segundo a BBC Brasil, o número de escravos trazidos ao país atingiu um número próximo a 5 milhões, fator que, se analisado à fundo, contribuiu para a distribuição étnico-racial do país, onde, segundo dados de 2018 do IBGE, cerca de 55,8% da população do Brasil é de cor preta ou parda, no Tocantins 74,4%, além da presença de 3.386 comunidades quilombolas do país atualmente, formadas ao longo do tempo (Fundação Palmares, 2020).

Compreender a fundo a história da formação das comunidades quilombolas do Tocantins é, de fato, algo desafiador, tendo em vista a falta de documentos e estudos que comprovem o início destes movimentos, sendo necessário recorrer à fontes como relatos, memória coletiva, rodas de conversa, para que se possa entender a história, cultura e a formação social destas comunidades (OLIVEIRA, 2009), outro fator desafiador é o entendimento da cronologia destes acontecimentos, se levadas em conta as diferentes origens e motivações destes grupos.

Desta forma, dois contextos devem ser citados durante o período da escravidão no que se refere à ocupação do atual território do Tocantins e, também, a formação de comunidades quilombolas na região. Gonçalves (2012) afirma que um deles é a rota do ouro, iniciada por volta de 1700 com a exploração deste metal na região e consequentemente a formação de arraiais, que viriam a se formar as primeiras cidades, e que pendurou por quase um século, onde após a crise deste setor, muitos negros escravos fugiam e davam origem a um quilombo. Ainda segundo o autor, outro fator importante é a rota do gado, que se expandia do Nordeste para norte do país, e com o fim da escravidão, os negros africanos, que até então cuidavam dos animais, permaneceram nas regiões de floresta do estado, além dos negros expulsos do maranhão pelos fazendeiros, também permanecendo na região.

Neste sentido, embora a revolta e fuga do regime escravista imposto nos primeiros séculos no Brasil sejam um dos principais pensamentos quando se fala em motivações que levaram as comunidades quilombolas a se formarem, é importante ressaltar que estas não foram as únicas razões, mas também, a busca, no centro do país, por melhores condições climáticas para a produção de alimentos, fugindo da seca nordestina, caso da Comunidade Quilombola do Prata, localizada no Jalapão, a união de negros com índios, caso da Comunidade Quilombola Mumbuca, também no Jalapão, o ganho de terras como mérito pela participação dos negros na guerra do Paraguai, onde hoje é a Comunidade Barra do Aroeira, em Santa Tereza do Tocantins, a migração do Maranhão em busca de terras, também caso da Comunidade Quilombola do Cacalinho, no norte do Estado (ROSA, 2013; OLIVEIRA, 2018; NASCIMENTO, 2013).

Portanto, o atual território do Tocantins mostrou-se importante para a formação destas comunidades, seja como refúgio, local para a construção de uma vida mais próspera, ou como mera imposição das circunstâncias da época, Santos (2019, p. 24) corrobora, afirmando que

“Os relatos de vários quilombolas sobre a formação de suas comunidades, tanto no leste quanto no norte do estado, estão permeados de memórias sobre migrações vindas de outras localidades, além das próprias memórias da escravidão”.

Neste sentido, segundo dados publicados pela Fundação Palmares em 2020, atualmente existem 45 comunidades quilombolas no estado, sendo 38 certificadas, conforme indica a tabela abaixo:

Tabela 01. Comunidades Quilombolas do Tocantins

Município	Comunidade
Arraias	Lagoa da Pedra, Fazenda Lagoa dos Patos e Fazendas Káagados
Arraias / Paranã	Mimoso
Chapada da Natividade	São José
Brejinho de Nazaré	Córrego Fundo, Curralinho do Pontal, Manoel João
Santa Rosa do Tocantins	Morro de São João
São Félix do Tocantins	Povoado do Prata
Natividade	Redenção

Aragominas	Projeto da Baviera e Pé do Morro
Lagoa do Tocantins / Novo Acordo / Santa Tereza do Tocantins	Barra do Aroeira
Porto Alegre do Tocantins	Laginha
Santa Fé do Araguaia	Cocalinho
Filadélfia	Grotão
Monte do Carmo	Mata Grande
Dois Irmãos do Tocantins	Santa Maria das Mangueiras
Mateiros	Mumbuca, Ambrósio, Carrapato, Formiga, Margens do Rio Novo, Margens do Rio Novo, Riachão e Rio Preto
Muricilândia	Dona Juscelina
Jaú do Tocantins	Rio das Almas
Dianópolis	Lajeado
Almas	Baião e Poço Dantas
Araguatins	Ilha São Vicente
Conceição do Araguaia	Água Branca e Matões
Esperantina	Carrapiché, Ciríaco e Praiachata
Ponte Alta do Tocantins	Lagoa Azul

Fonte – Dados da Pesquisa, 2021.

Desta maneira, uma vez situadas e identificadas com seus territórios, um acontecimento se mostrou de suma importância para a garantia de propriedade destas comunidades para com os locais onde se desenvolveram, bem como os benefícios de tal garantia, onde, em 20 de novembro de 2003, o Decreto N° 4.887, regulamentou o procedimento de identificação e demarcação, bem como a titularização das terras ocupadas por remanescentes de comunidades quilombolas. O referido decreto também considerou como comunidades quilombolas:

os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (DECRETO N° 4.887, Art. 2°).

Neste sentido, é importante salientar que, o processo de caracterização das comunidades do Tocantins enquanto remanescente quilombola necessitou de suas autodefinições como tal, como o Art. II, parágrafo I, do decreto federal,

Nº 4.887 afirma ser necessário. A certificação destas aconteceu através Fundação Cultural Palmares, instituição que desde sua criação em 1988 pela Governo Federal, tem se mostrado importante no que se refere à valorização da história e das manifestações culturais e artísticas negras brasileiras (ROSA, 2013)

. Desta forma, com a certificação como Comunidade remanescente de quilombo, garante-se o direito às terras necessárias para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural, além de acesso serviços sociais como educação, saúde, segurança e saneamento (ROSA, 2013).

Sendo assim, tais garantias devem, fundamentalmente, saírem do plano teórico e efetivamente cumprir seus objetivos, tendo em vista a grande quantidade de ameaças que as comunidades quilombolas do Tocantins sofrem na atualidade. Santos (2019) corrobora, afirmando que projetos econômicos e políticos como o Programa de Aceleração do Crescimento, o Projeto Integração da Infraestrutura Regional sul-Americana, e do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba, tem caminhado na direção contrária aos interesses das comunidades, agravadas pela falta de titulação dos territórios, e a própria posição do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, em relação à questão quilombola e indígena (SANTOS, 2019).

Portanto, as comunidades quilombolas tocaninenses tem sido exemplo de resistência não só perante somente à escravidão durante o início de suas formações, mas também “quanto contra a fome, as secas, as enchentes, as grilagens, as produções de verdades cartográficas e o terror imposto inclusive com o aparato jurídico, no pós-abolição” (Santos, 2019. p.110), além de imposições de poder em suas variadas formas.

Diante deste contexto, duas importantes ferramentas em favor das comunidades quilombolas surgem, o Fórum Permanente de Acompanhamento da Questão Quilombola no Estado do Tocantins, sendo criada, em 27 de novembro de 2009, como uma oportunidade de negociação entre estas e o Governo, na forma de apresentação de demandas, além da exposição de denúncias, e que para Santos (2019, p. 104) é considerado um “instrumento de resistências às opressões diversas”, e dois anos depois, a criação o Programa

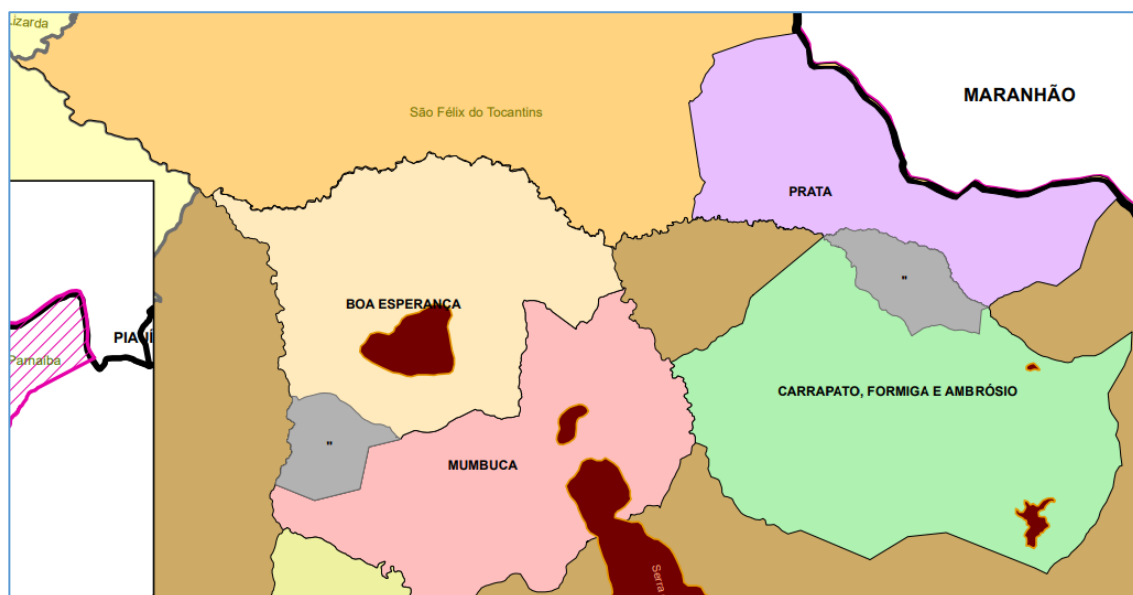
Defensoria Quilombola, surgindo como instrumento de luta no campo do direito. (GONÇALVES, 2012; SANTOS, 2019).

Sendo assim, conclui-se que, através do tempo, as comunidades quilombolas do Tocantins, tem se tornado mais fortes enquanto grupo social, por meio de sua resiliência e resistência às ameaças que sempre estiveram presentes em suas realidades, fazendo uso das ferramentas disponíveis, muitas vezes conquistadas por suas próprias iniciativas, e desta forma conseguindo garantir a sobrevivência de suas histórias e cultura, além de se tornarem capazes de lutar por seus tão merecidos direitos, tendo em vista que estas comunidades fazem parte da história do estado, estando aqui antes mesmo destas terras serem chamadas de Tocantins.

3.5 A Comunidade Quilombola do Prata

A Comunidade Quilombola do Prata é uma comunidade centenária, caracteristicamente familiar, constituída atualmente por 160 habitantes, e que se autodenominou descendente de quilombola em 2006, sendo então certificada como tal através da Fundação Palmares. A comunidade está situada no extremo leste do Estado, região do Jalapão, fazendo fronteira com o Estado com Piauí, Maranhão e Bahia (FUNDAÇÃO PALMARES; SOUZA, SANTOS E CANÇADO, 2017).

Figura 01. Localização da Comunidade Quilombola do Prata.



Fonte: Nova Cartografia Social da Amazonia. 2018.

Embora o trabalho dos habitantes no campo ao longo do tempo tenha contribuído para a falta de documentos históricos sobre a trajetória da comunidade ao longo dos anos, o embasamento em narrativas e relatos dos moradores locais, alguns já próximos aos noventa anos de idade, para a construção de uma linha do tempo mais fidedigna tem se mostrado importante para os trabalhos acadêmicos já realizados sobre a comunidade (ROSA, 2013).

Desta maneira, os relatos dos moradores e descendentes dos primeiros habitantes da comunidade apontam que o processo de ocupação desta região se iniciou na segunda metade do século XIX, no início do período pré e pós-abolição, oriundos, principalmente, da Bahia e Piauí (SANTOS, 2019).

Neste sentido, um acontecimento de suma importância para a formação da comunidade foi a migração e “fuga” dos pais de Marcelino e Luísa do Piauí para a região do Jalapão, em virtude de condições severas de clima e busca por melhores condições de vida na região, sendo a primeira família da comunidade (ROSA, 2013). Ainda para a autora, embora a circunstâncias climáticas da região de onde vieram tenha sido tratada como motivação para a migração, é importante ressaltar que estes acontecimentos se deram enquanto o período escravista ainda se pendurava, dando a entender que este fator também pode ter contribuído para o deslocamento destes primeiros moradores:

“o nascimento de Luísa – e certamente de Marcelino – ocorreu no período da escravidão, e, considerando que ambos nasceram na cidade de São Felix, o processo migratório empreendido pelos pais dos irmãos fundadores só pode ter ocorrido no período em que o regime escravista vigorava no Brasil” (ROSA, 2013. p. 71).

Portanto, os primeiros habitantes e criadores da Comunidade Quilombola do Prata encontram na região do Jalapão além de um refúgio natural, ainda pouco explorado, cercado por córregos e vasto território, condições que eram ideais para seu desenvolvimento, também uma forma de escape dos possíveis desfechos do período entre pré e pós abolição (ROSA, 2013; SANTOS, 2019).

Desta maneira, analisando a identificação com o território em que se estabeleceram, observa-se as condições de vida simples que se levavam os moradores da comunidade, dadas as possibilidades existentes na época, e destaca-se que, à medida que ela crescia lentamente em número, a agricultura

e criação de animais se mostrou importante para a subsistência da comunidade. O Sr. Oliveira Rodrigues de Sousa, morador local afirma, em relato obtido através do Boletim informativo, da Cartografia da Cartografia Social, que:

“A roça era plantada mesmo de inchada, derrubava de machado, de facão brocava, depois de derrubada queimava tudo na inchada, não tinha os maquinários como hoje, não tinha era tudo na inchada mesmo. A vida era trabalhar de roça e sai para vender as coisas que produzia no Maranhão, no Piauí e nesse mundo, que de quando eu tomei entendimento era desse jeito. Lizarda era aonde a gente ia vender e ia comprar, comprava o sal, trazia nas costas de jumento, trazia da Formosa do Rio Preto de Dianópolis. Era assim, era uma vida sofrida, era assim. (...) O gado era criado aí no campo mesmo era tudo junto, cada quem ia pegava o seu e levava para casa” (p.19).

Neste sentido, se poder observar que o modo simples de vida dos moradores locais, modos de fazer e tradições tem permanecido na comunidade ao longo dos anos, à medida que ela se desenvolve (ROSA, 2013). Para Souza, Santos e Cançado (2017) percebe-se que hábitos antigos como a presença das roças nos quintais com grande variedade de orgânicos ainda é característica local, além da presença das antigas casas de adobe e telhado formado por palha de piaçaba fazendo vizinhança com os modelos atuais, de alvenaria. Vale ressaltar que na comunidade, a agricultura familiar, bem como a comunitária produzem diversas variedades, entre grãos e frutas, além da criação de animais, com o objetivo de subsistência, bem como a venda nas feiras de São Felix, dezoito quilômetros da comunidade (SOUZA, SANTOS e CANÇADO, 2017).

Figura 02. Casa de Adobe na comunidade.



Fonte: Dados da pesquisa.

Neste contexto, analisando a relação da Comunidade Quilombola do Prata com o município de São Felix, do qual faz parte, e que foi de suma importância para o desenvolvimento da comunidade, é importante mencionar que no período da emancipação deste, no início dos anos 1990, o povoado do prata representava um terço da população, tendo importante participação na efetivação deste ato, sendo que, através da figura de Seu Abelino, morador da comunidade e eleito vice-prefeito de São Felix, em 1993, a comunidade pôde se fortalecer enquanto grupo social e na luta por seus direitos, além da grande conquista da titulação e de seu território e divisão em chácaras, de acordo com os grupos familiares, em meio a um cenário que os ameaçava no sentido territorial, tendo em vista a criação do Estado do Tocantins, em 1988, e a divulgação do Jalapão nacional e internacionalmente, voltando-se os olhares e interesses à região. (ROSA, 2013).

Portanto, neste novo cenário, a partir do momento em que o turismo no Jalapão inicia seus primeiros passos, fato que acontece em meados dos anos 1990, a partir da emancipação do Estado, a Comunidade Quilombola do Prata, de certa forma, tende que se adaptar à esta realidade (ROSA, 2013), e já por volta do ano 2000, através de incentivos da prefeitura de São Felix, começam a trabalhar com a colheita do capim dourado para artesanato, atividade que se tornou muito importante para a visibilidade da Comunidade do Prata neste novo contexto (SOUZA, SANTOS e CANÇADO, 2017).

Figura 03. Loja de artesanato de Capim Dourado na Associação da comunidade.



Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda no contexto do desenvolvimento da comunidade, outro acontecimento de suma importância para sua consolidação enquanto grupo social e garantia de seus direitos fundiários, bem como a preservação de sua história e cultura enquanto quilombolas, foi a certificação, através da Fundação Cultural Palmares, em 20 de janeiro de 2006, onde através de várias pesquisas e reuniões nos dois anos anteriores a este acontecimento, se discutiu as origens e história da comunidade, gerando o desejo de auto definição como remanescentes de quilombola, item fundamental para a certificação, além do necessidade da comunidade de garantir espaço para as gerações futuros prosperarem. (ROSA, 2013). Neste sentido, Lira e Xavier (2017. p. 65) corroboram, afirmando que a garantia da titulação das terras quilombolas é essencial para a sobrevivência das mesmas no atual cenário que as envolve.

“[...] sem a titulação das terras quilombolas, o conjunto das práticas que definem a identidade quilombola fica em risco, e a possibilidade da expropriação das terras elimina até mesmo o básico, pois o sustento das famílias das comunidades gira em torno da terra.”

Desta forma, no que se refere ao contexto citado acima, já com o turismo em desenvolvimento na região desde 1990, e a comunidade se engajando cada vez mais na atividade, e percebendo ela como uma ferramenta capaz de valorizar a história e cultura local, em 2014 através da seleção da comunidade pela Agência de desenvolvimento turístico do Estado do Tocantins, ADTUR, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento do Estado e o Banco Mundial, por meio do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIS), o turismo de base comunitária é implantado, levando em consideração o potencial da região para o ecoturismo, e a necessidade da inclusão social das comunidades, além de outros aspectos (SOUZA, SANTOS E CANÇADO, 2017).

O projeto mencionado teve como objetivo geral “Ampliar a geração de renda, através da implementação de atividades de ecoturismo de base comunitária, com protagonismo e integração da comunidade quilombola do Povoado do Prata.” (PARENTE, et al., 2014), sendo alguns dos objetivos específicos a estruturação de meios de hospedagem, através da escolha de 6 casas para receber até 10 turistas, a criação de roteiros que envolvam as tradições e cultura local, além dos atrativos naturais, demandando também a capacitação de guias locais, a organização da prestação de serviços alimentícios, tendo capacidade de atendimento para até 30 pessoas, além da capacitação da comunidade, através de 18 cursos até julho de 2016, para o conhecimento e capacidade de gerir o turismo de base comunitária.

Figura 04. Casa de alvenaria utilizada como meio de hospedagem no projeto.



Fonte: Dados da pesquisa.

É importante mencionar que os meios de hospedagem foram implantados em casas de alvenaria que foram anteriormente disponibilizadas pelo Governo Federal, e não nas casas de adobe que contém características mais tradicionais da comunidade, onde se estaria mais próximo de um dos pilares do TBC, a valorização da cultura local, como apontam Bartholo, Sansolo e Byrstyn (2009).

Embora o projeto tenha sido bem elaborado, capacitando os envolvidos, elaborando roteiros que abordassem tanto a natureza quanto os aspectos históricos e culturais da comunidade, além de traçar os caminhos a serem percorridos para o desenvolvimento do TBC, ela enfrenta na atualidade dificuldades para a efetivação da atividade e acesso ao mercado, apontando como um dos fatores a falta de amparo do poder público na divulgação adequada do produto, fator essencial para a visibilidade do mesmo (SOUZA, et. al. 2017; MIELKE e PEGAS, 2013).

Desta forma, em análise ao contexto geral desta linha do tempo, se conclui que, a Comunidade Quilombola do Prata foi e tem sido resistente aos

desafios encontrados durante o período de sua criação e desenvolvimento, se fortalecendo enquanto grupo social e aproveitando as oportunidades existentes, para assim garantir o seu espaço de desenvolvimento, além a valorização de sua história e cultura, apesar desta evolução ser um processo contínuo e cheio de desafios.

3.6 A COVID-19 e sua relação com o Turismo

A COVID-19, doença respiratória descoberta no final de dezembro de 2019, causada pelo vírus SARS-CoV-2, mais conhecido como coronavírus é o tema mais discutido na atualidade, dadas as proporções que a pandemia tem atingido até o momento. Segundo dados do Ministério da Saúde (2021), no Brasil, até meados de junho de 2021, já são 18,4 milhões de casos confirmados, dentre os quais 513 mil faleceram devido à complicações causadas pelo vírus.

Desta maneira, os principais temas discutidos, em virtude das redes de conexões e cadeias de relações, em seus vários aspectos, que vivemos na atualidade, são a crise na saúde e na economia mundial. Para autores como Omena (2020) e Paulino (2020) a pandemia além dos danos à saúde mundial também será responsável pelo desencadeamento de uma crise econômica que já se mostrava possível:

“A epidemia do coronavírus deixou de ser apenas um problema de saúde pública, para tornar-se o detonador de uma nova crise econômica e política internacional. Muito do que está ocorrendo no momento não tem relação direta com a pandemia. Ela foi apenas o gatilho para desencadear uma nova crise que estava sendo gestada há alguns anos (PAULINO, 2020. p. 162-163)”.

Neste contexto de relações, em análise da dependência do turismo em relação à movimentação de pessoas através do setor de transporte, item fundamental para o setor, segundo Beni (2006), se percebe que o turismo é totalmente dependente do fluxo contínuo de turistas, que utilizam os diversos meios de locomoção para realizarem suas viagens, e como reação em cadeia o trade como um todo sofre o impacto do atual cenário mundial, em virtude do coronavírus, onde se manter em quarentena, o que é de suma importância para a diminuição da propagação do vírus, impacta diretamente os setores de

transporte, serviços, e conseqüentemente o turismo (LAPAVITSAS, 2020, apud GONÇALVES, 2020).

“O Estado chinês bloqueou grandes porções de seu território e outros países também criaram meios de isolamento, restringindo o movimento de milhares de pessoas. A demanda por turismo, viagens aéreas, hospedagens, restaurantes e bares desmoronou por completo (p.156).”

Desta maneira, dada a vasta e complexa malha de relações que envolvem o turismo, como o setor de transportes, prestadores de serviço, empresários e funcionários, comunidades envolvidas e que, de certa forma, dependem em partes ou totalmente da atividade para se desenvolverem, é fundamental que haja não só políticas públicas capazes de garantir não só a saúde da população, mas a continuidade do desenvolvimento no sentido econômico, por mais desafiador que seja.

Neste sentido, o governo federal, lançou a medida provisória nº 936, em 01 de abril de 2020, com o intuito de garantir a manutenção de emprego, sendo efetivada através de acordos entre empregadores e empregados, cabendo a redução da carga horária, bem como dos salários pagos (Mtur, 2020; BRASIL, 2020). Outro exemplo de ação do governo federal, ainda no sentido de garantias de direitos e incentivos ao setor, tanto para as empresas, quanto para os clientes/turistas, foi a medida provisória nº 948, que permite ao turista reagendar sua viagem até doze meses após o final do estado de calamidade pública, ou, caso opte pelo reembolso, garante à empresa o prazo de até doze meses para a efetuação do mesmo (BRASIL, 2020).

Ainda neste contexto, a WTTC (World Travel & Tourism Council), que afirmou, em março de 2020, que 50 milhões de empregos no setor de turismo estariam em risco (O GLOBO, 2020), lançou uma série de protocolos em sua página oficial, como forma de orientar os diversos segmentos da atividade, no sentido de garantir a recuperação do setor, porém com ênfase em um “novo normal” a ser seguido:

“Parte de nossos protocolos inclui fornecer aos setores público e privado os insights e kits de ferramentas para interação e implementação para garantir que as pessoas estejam e se sintam seguras, no entanto, a WTTC, nossos membros e o setor não podem garantir 100% de segurança. É fundamental ter regras comuns. Por fim, imaginamos um futuro de viagem que seja seguro,

seguro e contínuo e forneça uma experiência autêntica e significativa ao viajante durante a viagem; um futuro que apoie os meios de subsistência de milhões e contribua para o crescimento econômico sustentável (WTTC, 2020, tradução nossa).”

Em um contexto mais regional, em abril de 2020, em pesquisa com empresários do turismo de Palmas, Jalapão, e sudeste do Tocantins, o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) foi observado que, unanimemente, 100% dos entrevistados tiveram mais de 75% de impactos financeiros em suas atividades/estabelecimentos.

O fato das medidas adotadas por grande parte dos países contra a propagação do coronavírus terem afetado as viagens e consequentemente o setor turístico se torna um dos fatores causadores destes impactos, como afirma Cruz (2020, p. 5):

A interrupção quase integral de viagens aéreas e terrestres transnacionais resultantes do aparato regulatório criado para o enfrentamento da pandemia provocou um caos no setor turismo capaz de comprometer a saúde financeira de grandes a pequenas empresas de transporte, de operação e agenciamento de viagens, assim como empresas de hospedagem.

Neste sentido, diante do novo cenário em que o mundo se encontra, também se faz necessário uma nova reflexão sobre as estruturas e relações econômicas, onde se possa caminhar paralelamente com a saúde, em um âmbito mundial, onde seja possível garantir o desenvolvimento econômico, ao passo que se estrutura a saúde ao ponto de antecipação de eventos como a COVID-19 (DAVIS, 2020). O autor ainda afirma que, “[...]a globalização capitalista parece agora biologicamente insustentável [...]” diante de uma estrutura de saúde mundialmente fraca, enquanto Omena (2020) aponta para a necessidade da verificação da vulnerabilidade socioeconômica em locais dependentes do turismo como ferramenta para o encontro de soluções cabíveis para a superação deste cenário.

Diante deste contexto, com intuito de retomar as atividades no Parque Estadual do Jalapão, que estão paralisadas há quatro meses, o Governo do Tocantins, juntamente com municípios e empresas envolvidas na atividade, se mobilizam e discutem protocolos para o retorno do turismo durante a pandemia

(PORTAL TOCANTINS, 2020). Entre as medidas do protocolo de retorno estão o uso de máscaras, a formação de barreiras sanitárias, a obrigatoriedade da presença de um guia de turismo ou condutor ambiental com os visitantes, a apresentação do teste da COVID-19, e a proibição de banhos em águas paradas. Desta forma, se objetiva continuar operando no parque, porém garantido a saúde dos moradores locais e comunidades que se mostram mais vulneráveis, analisando o difícil acesso à saúde na região.

Contudo, embora a ideia de retorno seja otimista, se faz necessária uma análise mais profunda desta ação, não analisando somente os aspectos econômicos, mas a real capacidade de garantir segurança à saúde dos envolvidos, principalmente as comunidades tradicionais, que tem se mostrado contrárias ao retorno do turismo na região, tendo em vista a quantidade de pessoas idosas e de alto risco presentes nas comunidades, além do difícil acesso à rede de saúde, devido à estrutura das estradas e às grandes distancias percorridas (REDE CERRADO; COEQTO, 2020).

Em março de 2020 a Fundação Palmares publicou orientações gerais para o enfrentamento do coronavírus, onde cita os protocolos básicos de higienização, distanciamento, formas de transmissão, além de recomendações para os visitantes e objetivos diversos nas comunidades (Fundação Palmares, 2020).

Neste sentido, com intuito de preservar e garantir não só a saúde das comunidades quilombolas no Jalapão, mas a continuidade de suas Histórias e cultura, algumas comunidades têm publicado notas de repúdio ao retorno do turismo na região, a exemplo da comunidade Mumbuca, bem como a COEQTO (Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins) que divulgou, em 8 de julho de 2020, uma nota de repúdio à intenção de retorno do turismo ao Jalapão neste momento, considerando:

“[...] que a Região do Jalapão também é território quilombola e as atividades turísticas colocam em risco a saúde da população local. Considerando, que urgência em abrir o comércio do turismo, em uma região onde a maioria os atrativos estão dentro de quilombos, é um atentado à vida dessas pessoas, haja vista a letalidade da COVID-19.

De acordo com o plano nacional de operacionalização da vacinação contra o covid-19, as comunidades quilombolas se encontram inclusas como grupo prioritário, pois se encontram em situação de vulnerabilidade devido à facilidade de propagação do vírus, dado o estilo coletivo de vida, e agravadas pela posição geográfica que geralmente se encontram, podendo levar até um dia para o acesso a atendimento médico, fato que é característico da região do Jalapão.

A transmissão de vírus nestas comunidades tende a ser intensa pelo grau coeso de convivência. O controle de casos e vigilância nestas comunidades impõe desafios logísticos, de forma que a própria vacinação teria um efeito protetor altamente efetivo de evitar múltiplos atendimentos por demanda. (Ministério da Saúde, 2021).

Portanto, neste momento tão preocupante e desafiador para os diversos agentes envolvidos no turismo, é fundamental que se tenha a capacidade de empregar uma nova visão de como se praticar a atividade, considerando-a como um todo, respeitando as diferenças de posicionamento, a vulnerabilidade das comunidades tradicionais, e fundamentalmente respeitando os limites no equilíbrio entre saúde, bem-estar e desenvolvimento econômico.

4. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos foram constituídos por meio de um estudo exploratório-descritivo, onde será descrito a atual situação da Comunidade Quilombola do Prata. O estudo teve caráter qualitativo com estudo de caso, que, segundo Godoy (1995), permite uma análise de um determinado grupo ou realidade social, e dada em um contexto atual e real, além da possibilidade de utilizar diversas ferramentas para descrever o caso (entrevistas, formulários, citações, exemplos dados pelos entrevistados).

Considerou-se o como universo de pesquisa a Comunidade Quilombola do Prata, onde habitam 160 pessoas, retirando-se uma amostragem de 15 pessoas, que estão envolvidas diretamente ou indiretamente na atividade turística da comunidade.

A primeira ferramenta utilizada para a familiarização com o tema abordado e coleta de informações iniciais foi a pesquisa bibliográfica, que segundo Fonseca (2002), é essencial em qualquer trabalho científico, pois permite ao autor verificar quais estudos já foram realizados sobre o tema escolhido.

Para a realização da coleta de dados foi realizado um agendamento prévio e a contratação de uma moradora local para a condução até a residência de cada um dos entrevistados. Durante a coleta respeitou-se o distanciamento de 2 metros dos entrevistados, respeitando os protocolos de segurança em saúde apontados pela Secretária de Saúde do Estado do Tocantins em outubro de 2020.

No que se refere à identificação da percepção da comunidade em relação ao turismo de base comunitária, bem como a pandemia da covid-19, além das experiências e produtos turísticos que poderiam agregar valor ao TBC na comunidade, o método utilizado foi a aplicação de uma entrevista semiestruturada com os moradores locais envolvidos na atividade. A entrevista semiestruturada permitiu que o entrevistado tivesse a possibilidade de discutir o assunto com mais liberdade, podendo comentar/opinar sobre as questões no desdobramento da entrevista, Padua (2012).

Foram aplicadas entrevistas para os responsáveis por hospedagem, alimentação e experiências/vivências, sendo o questionário voltado para suas opiniões em relação à importância do turismo para a comunidade, o conhecimento sobre o termo “turismo de base comunitária”, a capacidade de se operar o TBC sem o auxílio de agentes externos, o sentimento de participação, bem como suas opiniões em relação à pandemia e o turismo, no que se refere aos impactos deste, a segurança da operação durante a pandemia, a vacinação dos membros da comunidade, bem como os protocolos por eles seguidos enquanto prestam serviços turísticos.

Foi aplicada uma entrevista específica com a tesoureira da associação, que atualmente é responsável pelos agendamentos de hospedagem e alimentação, na qual foram abordadas questões específicas relacionadas à quantidade de unidades habitacionais, leitos, e informações gerais sobre a pandemia e TBC. A intenção foi descobrir, através desta coleta, qual é a real situação durante a pandemia do “legado” deixado pelo projeto de 2014.

As entrevistas foram gravadas para a realização da transcrição posteriormente, de acordo com os métodos citados por Duarte (2004, p. 220).

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A presente sessão traz a análise dos dados levantados in loco no mês de abril de 2021, mais especificamente no dia 24, através da aplicação de questionário semiestruturado com 15 dos membros envolvidos na atividade turística da Comunidade Quilombola do Prata, objetivando responder à questão de pesquisa inicialmente levantada sobre o TBC na Comunidade Quilombola do Prata e a pandemia do COVID-19. Dessa forma, desenvolve-se os tópicos referentes à caracterização da comunidade, aspectos culturais e outros saberes, bem como sobre a percepção da comunidade sobre o tema e a pandemia.

5.1 Caracterização da Comunidade do Prata na perspectiva do turismo de Base Comunitária.

No que se refere ao contexto e conjunto de acontecimentos que deram início aos primeiros contatos da Comunidade Quilombola do Prata com o turismo, se observou, através das pesquisas iniciais (bibliográficas) e a comparação com os dados coletados através da entrevista, que se trata de um processo relativamente recente, tendo em vista que até a década de 80 a região do Jalapão, onde a comunidade se insere, contava com difícil acesso.

Foi possível observar que por um longo período o artesanato de capim dourado, que se iniciou em 1997, por incentivo do prefeito da época Isamar Ribeiro, com objetivo de aumentar a renda da população local, foi o principal e mais direto contato com o turismo da região, sendo vendido para turistas aleatórios que por ali passavam, e por vezes comercializados na feira da cidade de São Felix, como afirmou a tesoureira da associação, moradora local, durante entrevista da pesquisa.

Verificou-se também uma imprecisão nas datas relacionadas a este primeiro contato com o turismo através do capim dourado nos diálogos dos moradores, percebendo-se que sua fase inicial ocorreu entre os anos de 1999 e 2000.

No que se refere ao desejo de se organizar e fortalecer-se enquanto comunidade, se observou que a criação da associação de moradores, criada em 2002, foi de grande importância para o fortalecimento do sentimento comunitário

entre os membros, bem como os debates relacionados ao “termo quilombola”, reforçados pela certificação enquanto comunidade remanescente de quilombolas e, 2006, através da Fundação Palmares, como afirma Rosa (2013, p. 142), a participação das mulheres na organização política e, através do capim dourado, os primeiros passos para o envolvimento com o turismo. É preciso também considerar que 80% dos questionários foram respondidos por mulheres, ativas na atividade turística da comunidade.

Observou-se que, aproximadamente 20 anos após a criação da associação, esta é o ponto central para o atendimento aos turistas quando se trata de alimentação, venda de artesanato, direcionamento para hospedagem, informações gerais, bem como espaço para debates, reuniões e cursos.

Quanto ao processo que envolve a Comunidade Quilombola do Prata com o turismo de base comunitária, observou-se através das pesquisas ao longo do projeto, bem como as entrevistas, nos quais se ressalta o da tesoureira da associação, tesoureira da associação e responsável pelos agendamentos de hospedagem e alimentação na comunidade, que, a partir de 2014, com a implantação do Projeto de Turismo de Base Comunitária, através do PDRIS (Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado Sustentável), foi que a comunidade começou a dar os primeiros passos específicos em relação a este segmento do turismo, através de uma série de etapas estruturadas que proporcionaram a introdução ao TBC (SOUZA, SANTOS e CANÇADO, 2017).

Em relação à estruturação proporcionada para o TBC, segundo a tesoureira da associação, das cinco casas escolhidas para a utilização em serviços de hospedagem, apenas duas estão operando, fator que para ela está relacionado ao medo de operar durante a pandemia, além da dificuldade de operar a plataforma escolhida para agendamentos (Booking), que segundo ela dependia do auxílio de um responsável de São Paulo, e constantemente ocorriam problemas como agendamentos que não eram informados, desta forma, quando o turista chegava na comunidade a mesma não o estava aguardando. De qualquer maneira, a tesoureira da associação informou que a partir de então os agendamentos são feitos diretamente com ela, em seu celular.

Outras experiências que foram citadas pela tesoureira em sua entrevista foram as do carro de boi e a fabricação de tijolos de adobe que estavam no roteiro desenvolvido pelo projeto e segundo ela não ocorreram mais.

“A gente criou o roteiro, junto com a Maria Antônia do turismo de base comunitária, que aí já visita para ver fazer o adobe, a roda de engenho, a trilha da cachoeira, aí a fogueira, roda de conversa, roda de viola, mas isso só quando tem hospedagem, só que as vezes nem tá acontecendo, esse mesmo do adobe e do carro de boi não aconteceu mais”. (Relato da tesoureira da associação, em abril 2021).

Outro produto desenvolvido pelo projeto foi a trilha para a Cachoeira do Prata, situada a dez quilômetros da comunidade, sendo necessário comprar bicicletas para a realização da mesma, e que, como aponta a tesoureira, estão paradas ou sendo vendidas por falta de utilização.

Figura 05 – Bicicletas para utilização na trilha da Cachoeira do Prata.



Fonte: Dados da pesquisa.

No que se refere à alimentação, observou-se que é o segmento relacionado ao turismo que mais proporciona renda para a comunidade, estando sem utilização somente nos momentos iniciais da pandemia, obtendo um retorno de fluxo de forma gradativa após a reabertura do PEJ (Parque Estadual do Jalapão) em 5 de outubro de 2020. O restaurante “Sabor do Quilombo” tem capacidade para até 30 turistas e recebe constantemente e, em sua maioria, turistas oriundos de agências operando no Jalapão.

O senso de coletividade e companheirismo entre as mulheres responsáveis pela alimentação e hospedagem se mostrou notório, como

afirmam a tesoureira da associação e sua irmã, que trabalham nestes setores. Elas informam que há um revezamento em forma de escala das pessoas responsáveis pela alimentação, onde quem está como cozinheira principal no dia recebe o valor total da arrecadação do dia, disponibiliza 10% para a associação, realiza a compra e organização dos insumos necessários para o atendimento e obtém o restante para si, enquanto uma ou duas outras mulheres ajudam-na.

Sobre a organização da distribuição da renda proveniente do turismo, a tesoureira da associação informa que em todos os serviços são retirados 10% do lucro para a manutenção da associação e ações de benefício comunitário, algo já previsto no projeto de turismo de base comunitária em 2014.

No que se refere a um possível plano de retomada das atividades às atividades turísticas organizadas pelo projeto de TBC, observou-se que existe a intenção, porém não se mostrou clara ou planejada. De acordo com o que aponta a tesoureira da associação em resposta em entrevista.

“Sim, a gente tem esse plano de voltar tudo ao normal, dependendo do fluxo de turistas, além disso a gente quer fazer mais, mostrar mais coisas que temos na comunidade, porque tem muitas casas que tem coisas para oferecer para o turista, e acho que quando terminar a pandemia acho que vai ter mais coisas aí.”
(Relato da tesoureira da associação, em abril 2021).

No que tange à algumas dificuldades básicas encontradas para a continuação e manutenção do projeto de TBC na comunidade após sua implementação, verificou-se que os mesmos pontos citados por Souza, Santos e Cançado (2017) ainda se mostram presentes, como a falta de incentivo do governo municipal e estadual, a falta de acesso ao mercado e a formação de parcerias, por exemplo, quando analisado o fato do ponto de acesso das reservas de hospedagem e alimentação serem realizadas apenas pelo celular de integrantes da comunidade. Por outro lado, uma das fragilidades citadas no projeto de 2014 foi a falta de abastecimento de água na comunidade, fator que limitava a capacidade de recebimento de turistas, e que, segundo a tesoureira da associação, já existem melhorias neste sentido.

No geral, observou-se que a Comunidade Quilombola do Prata já obtém uma bagagem mínima necessária para entender a importância e o potencial que

um projeto de TBC pode oferecer, devido ao envolvimento da mesma nestes debates desde 2014, e, se considerarmos aspectos como o sentimento comunitário presente e os aspectos históricos e culturais, ainda que, atualmente, explorados de forma por vezes limitada ou superficial, além da localização da comunidade, próximo à APA Jalapão e o Parque Estadual do Jalapão, locais com grande potencial para cunho ecológico (GESTO, s.d), já os tornam mais próximos de avançarem no processo de desenvolvimento do TBC.

5.2 A percepção da comunidade sobre o TBC e a pandemia do COVID-19

Neste tópico buscou-se a busca pela compreensão da percepção dos envolvidos na atividade turística da comunidade em relação ao turismo e a pandemia do covid-19.

Tabela 02. Frases-chave.

Entrevistada B	"[...] diminuiu bastante os turistas na comunidade".
Entrevistada M	"Ainda precisamos melhorar muito, meu filho. Mas já conseguimos fazer algumas coisas."
Entrevistada L	"Sim, graças a Deus já tomamos a primeira dose".
Entrevistada H	"Eu acho importante porque depois do turismo é que cada um deu conta de começar a organizar sua casa".
Entrevistado O	"[...]ouvir as histórias da comunidade e pra mim é isso, né? É convivência, turismo de convivência".

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Em relação à importância do turismo para a comunidade, através da coleta dos dados, ficou claro que todos os envolvidos na atividade tem conhecimento de que, até o momento, o turismo tem se mostrado uma grande ferramenta no aumento da renda comunidade, fato que foi citado por todos os entrevistados, sem exceção. Alguns dos moradores, como as entrevistadas B e I, enfatizam a melhoria na renda traçando uma relação com a dificuldade de encontrar empregos na região, e, além deste fator, como apontou a entrevistada M em seu questionário, o turismo trouxe mais uma possibilidade de geração de renda, pois apenas o que existia era a agricultura familiar.

"Eu acho importante porque depois do turismo é que cada um deu conta de começar a organizar sua casa. Eu digo assim, porque antes do turismo e do

capim dourado a gente não tinha um armário, não tinha uma geladeira, não tinha um fogão (..), depois do turismo que a gente foi organizando isso tudo (...).” (Relato da entrevistada H, em abril 2021).

No que se refere ao conhecimento sobre o que é “turismo de base comunitária” uma parcela significativa de pessoas se mostrou incerta ou sem conhecimento específico sobre o assunto, o que nos traz uma ideia de superficialidade e abre espaço para reflexões sobre uma superficialidade refletida na prática diária do TBC na comunidade, pois a prática plena do TBC é viável através do protagonismo da comunidade, que parte, essencialmente, do conhecimento, envolvimento e certeza dos envolvidos sobre o que está sendo desenvolvido e produzido. O protagonismo comunitário, a conservação da socio biodiversidade, a valorização da história e da cultura, a equidade social, o bem comum, a transparência, a partilha cultural, a atividade complementar, a educação, o dinamismo cultural, bem como a continuidade do processo de desenvolvimento e adaptação do TBC à realidade da comunidade em cada etapa são os princípios básicos para a operação do TBC em sua plenitude, segundo aponta o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), (2017).

No que tange à percepção dos envolvidos no TBC na comunidade em relação à capacidade de operação por conta própria, tornou-se claro que o sentimento de incapacidade ainda vigora, com apontamentos relacionados à falta de equipamentos como veículos para a realização de recepção (transfer) e transporte aos atrativos, bem como a falta de divulgação, como aponta a tesoureira da associação, voz ativa na comunidade.

Em relação ao sentimento de se sentir incentivada a participar do turismo na comunidade, todas as entrevistas apontaram que os membros envolvidos na atividade se sentem incentivados a estarem trabalhando com o turismo, citando exemplos como o conhecimento absorvido com os turistas, a oportunidade de fazer novas amizades, além do aumento da renda proveniente da atividade, como fatores incentivadores.

No campo relacionado à pandemia do covid-19, todos os entrevistados, sem exceção, afirmam que a pandemia causou impactos no TBC na

comunidade, apontando o medo de contaminação pelo vírus, além da diminuição da renda proveniente da atividade como principais fatores impactantes.

“O covid trouxe o medo, o medo, porque tem muita gente... tem deles que fica nervoso. Hoje eu tava falando com minha irmã e ela perguntando se eu ia pra feira domingo porque lá tá aumentando os casos. Eu disse “minha irmã se a gente parar é pior, porque a gente tem que trabalhar...” (Relato da entrevistada C, em abril 2021).

Em relação ao sentimento de segurança dos envolvidos no atendimento aos turistas durante a pandemia, as opiniões foram bem divididas, onde uma parcela considerável dos entrevistados afirma que se sentem seguros, apontando os protocolos de segurança e higienização seguidos como fator responsável pelo sentimento, embora uma quantia relativamente grande também informou não se sentirem seguros ou apenas parcialmente, fator que abre reflexões relacionadas às motivações para a participação destes mesmo com este sentimento, como uma certa dependência financeira da atividade.

Um fato interessante citado por alguns dos entrevistados é que não houve casos de contaminação na comunidade, a não ser quando relataram sobre o falecimento de um morador com idade avançada, e que, segundo os moradores, já se encontrava com outros problemas de saúde, aparentemente tendo contraído o vírus enquanto estava internado no Hospital Geral de Palmas.

Em relação à vacinação contra a covid-19 na comunidade, todos os entrevistados afirmam já ter recebido a primeira dose da vacina no mês de abril deste ano, exceto a entrevistada N, de 16 anos, que informa o fato da vacina ter sido aplicada a pessoas maiores de 18 anos. Segundo os moradores, a segunda dose da vacina será aplicada no dia 29 de junho deste ano. Este acontecimento tende a aumentar o sentimento de segurança dos envolvidos mencionado acima.

No que se refere aos protocolos aplicados pelos envolvidos no atendimento ao público do turismo na comunidade, os entrevistados informam que o uso de máscaras, álcool em gel, além do distanciamento, são exercidos sempre. A entrevistada B, responsável pelo atendimento ao público do restaurante, também informa que as mesas e cadeiras são higienizadas após o uso dos turistas. É importante ressaltar que, verificou-se a eventual falta de

suprimentos como álcool em gel, mascaras e outros suprimentos, de acordo com os relatos dos entrevistados.

5.3 Identificar aspectos culturais, históricos e modos de saber e fazer que possam agregar valor à experiência do TBC na comunidade.

Neste tópico se objetivou a identificação dos aspectos que podem ser utilizados como ferramentas para o fortalecimento do Turismo de Base Comunitária na comunidade, além da tentativa de identificar costumes que porventura possam ser utilizados e estejam esquecidos no momento, através do questionário aplicado e as observações em empíricas do pesquisador durante a pesquisa.

No questionário foram aplicadas questões relacionadas às experiências já utilizadas, bem como quais costumes, tradições ou modos de saber e fazer os entrevistados gostariam de apresentar aos turistas.

De acordo com o princípio da valorização da história e da cultura local, inerente ao TBC, este segmento do turismo deve propiciar a valorização destes aspectos através do sentimento interno de reconhecimento da história e cultura, bem como o desejo dos envolvidos em compartilhá-las com os visitantes (ICMbio, 2017).

No que se refere ao desejo de compartilhamento de conhecimento, modos de saber e fazer, alguns relatos coletados no questionário apontam que ainda há várias experiências que não estão sendo exploradas, no sentido positivo da expressão, como aponta a Sra. Entrevistada F quando questionada em relação à que experiência ela gostaria de mostrar aos turistas:

“Torrar farinha, por exemplo. Não pra toda vez que viesse, né? Mas se às vezes quando viesse alguém e eu tivesse na época que eu vou torrar minha farinha, eu queria que visse como que eu tiro o polvilho, como que eu mexo com a mandioca, como que eu cuido da mandioca pra torrar a farinha. Eu tiro é... eu tiro oito prato de polvilho, já tirei. Esse ano tá sem mandioca, não foi bem cultivado não, nós estamos sem mandioca de raiz. E eu tiro ela branquinha, branquinha mesmo. É bem coada, a lavação, muito bem feita. Aí eu coloco ela num giral bem alto, no plástico, estendida lá e vou quebrando, só quebrando os bolo, quando ela vira aqueles grão, aí você vai quebrando, mas não quebra ela pra ela ficar fininha não, porque ela fica com cheiro ruim. Eu deixo ela ficar bem soltinha, ela vai se

soltando. E cada um tem um jeito de fazer. Eu já vi, tem mulher por aqui que diz que quebra ela bem quebradinha. Eu não acho que ela fica boa. Aí quando eu vou fazer o pão de queijo, eu não pilô ela no pilão, não. Eu coloco ela numa bacia de esmalte e pilô com a garrafa. Aí eu vou quebrando ela até quando ela fica fininha.” (Relato da entrevistada F, em abril 2021).

Além desta experiência, três dos entrevistados comentam sobre a presença do conhecimento relacionado aos remédios naturais, mais especificamente provenientes de plantas e raízes.

Quadro 1. Experiências citadas pela comunidade.

“Eu mecho com raizada, essas coisas, essas plantinhas medicinais.” (Relato da entrevistada L, em abril 2021).
As hortas. A produção de café que tem ali. A apresentação dos remédios medicinais. É isso. (Relato da entrevistada N, em abril 2021).
Assim, a gente tem a trilha, né? Não só eu conheço, mas tem muitas plantas medicinais nessa trilha que às vezes a gente conhece, mas a pessoa não conhece, né? Não sabe pra que serve e tudo. (Relato do entrevistado O, em abril 2021).

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Outro aspecto relacionado à cultura, modos de saber e fazer comentado por mais de um dos entrevistados foi o fato de alguns integrantes da comunidade conhecerem a arte da fiação de algodão, como Dona Olerinda, presidente atual da associação, e a entrevistada J, que afirmou ter conhecimento para fiar redes, cobertores e até calças de algodão, embora as máquinas estejam sem manutenção. Ela aponta já ter tido contato com o atual prefeito de São Felix para auxiliar financeiramente na realização da manutenção dos equipamentos, acontecimento que poderia ser de grande ajuda no resgate de algumas das tradições presentes na comunidade e que podem estar entrando em esquecimento.

Observou-se, também, que a presença das roças e hortas, presentes nos costumes e tradições da comunidade (Rosa, 2013) não só podem, mas já vem sendo exploradas turisticamente, como indica o roteiro de dois dias elaborado pelo Projeto de Turismo de Base Comunitária de 2014. A moradora entrevistada

E, por exemplo, afirma que está organizando sua horta para a recepção de turistas que queiram visitar esta atividade.

Dentro outras atividades e experiências que foram citados pelos entrevistados, estão a história da comunidade sendo contada pela professora Leni, que, segundo a tesoureira da associação, pretende fazer um livro, a roda de sanfona em volta de fogueira, a presença de um carro de boi que pode ser utilizado para passeios na comunidade, a moagem de café cultivado na comunidade, a produção de caldo de cana, bem como a fabricação de rapadura, a rotina na roça, como afirmou, por exemplo, Sr. entrevistado F, e a fiação de capim dourado que já é tradição, porém se resume, atualmente, à disposição das peças para venda na associação.

Deste modo, percebe-se que há um desejo de compartilhamento de experiências, rotinas e modo de viver dos envolvidos no TBC em relação aos turistas, abrindo assim algumas possibilidades para se agregar valor à experiência do turismo de base comunitária na comunidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A coleta de dados e a análise destes se mostrou satisfatória levando em consideração o momento de pandemia que apresenta limitações relacionadas à capacidade de pesquisa, e dos objetivos propostos, embora ao longo do processo e após a análise, outras questões se mostram possíveis de serem exploradas.

A coleta de dados e a análise destes se mostrou surpreendente no que se refere à dimensão da importância do turismo de base comunitária para os envolvidos, sendo capaz de ser proporcionador de boa parcela da renda destas famílias, aumentando seu poder aquisitivo consideravelmente.

Foi possível observar através das pesquisas bibliográficas, observação empírica, e coleta de dados, que a comunidade já detém um conhecimento básico relacionado ao turismo de base comunitária, se sentem incentivados a participar da atividade, bem como desejam continuar evoluindo no processo de desenvolvimento deste segmento do turismo. Cabe ressaltar que a pandemia da COVID-19, embora tenha causado uma retração de ordem financeira através da diminuição do fluxo de turistas na comunidade, não se mostrou capaz, até o presente momento, de abalar o sentimento de envolvimento com a atividade turística dos envolvidos.

É importante ressaltar que ainda há um grande caminho até operação do TBC em seu estado pleno, pois ainda existem falhas no que se refere ao conhecimento da própria comunidade em relação ao turismo de base comunitária, que proporcionaria um envolvimento e engajamento de forma mais ativa e efetiva, a própria utilização de recursos como as casas de adobe (tradicionais na comunidade) ao invés das casas de alvenaria que são utilizadas atualmente, tornando a experiência mais fidedigna, um maior incentivo por parte do governo municipal e estadual em relação à infraestrutura e capacitação dos envolvidos para uma melhor prestação de serviço e, a longo prazo, a capacidade de gerir o TBC por conta própria.

Esta capacidade de gerência e independência de agentes externos só poderá ser efetivada caso a comunidade perceba que a iniciativa precisa ser própria, através da busca por mais conhecimento, parcerias, além da escolha de vozes ativas na comunidade que possam buscar estes caminhos e estar à frente desta busca por desenvolvimento.

7. REFERÊNCIAS

AMARAL JUNIOR, J. B. C. **O turismo na periferia do capitalismo: a revelação de um cartão postal**. São Paulo: PUC, 2008. 738 p. Tese (Doutorado) — Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008

ANDRADE, Luiz Artur. **Coronavírus põe 50 milhões de empregos do Turismo em risco, diz WTTC**. Portal Panrotas. 13 de março de 2020. Disponível em: <https://www.panrotas.com.br/mercado/economia-e-politica/2020/03/coronavirus-poe-50-milhoes-de-empregos-do-turismo-em-risco-diz-wttc_171785.html>. Acesso em 20 de abril de 2020.

ARAÚJO, Marcelo Cláudio. **Comunidade Poço Dantas recebe certificação da Palmares**. Fundação Cultural Palmares. 20 de outubro de 2017. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=47785>>. Acesso em: 07 de julho de 2020.

ARRUTI, J. M. Quilombos. **Jangwa Pana**, v. 8, n. 1, p. 102-121, 15 dic. 2009.

ASSIS, Lenilton Francisco de. **Turismo sustentável e globalização - Impasses e perspectivas**. Revista da Casa da Geografia de Sobral, Vol. 4, Nº. 1, 2002.

BARBOSA, G. S. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. *Revista Visões*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 1-11, jan./jun. 2008.

BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis & BURSZTYN, Ivan (orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem. 2009.

BINSWANGER, H.C. **Fazendo a sustentabilidade funcionar**. In: CAVALCANTI, C. (Org.) **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

Boletim Cartografia da Cartografia Social: uma síntese das experiências / Comunidades Quilombolas do Jalapão: os territórios Quilombolas e os conflitos com as unidades de conservação. – N. 5 (dezembro de 2016) – Manaus: UEA Edições, 2016. pg. 19.

BORGES, Lenna. **Governo do Tocantins discute protocolos com municípios e empresas visando abertura do Parque do Jalapão**. Portal Tocantins. 08 de julho de 2020. Disponível em: <<https://portal.to.gov.br/noticia/2020/7/8/governo-do-tocantins-discute-protocolos-com-municipios-e-empresas-visando-abertura-do-parque-do-jalapao/>>. Acesso em 15 de julho de 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Presidência da República, Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Medida provisória nº 948**, de 9 de abril de 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Presidência da República, Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Medida provisória nº 936**, de 1 de abril de 2020.

BRUNDTLAND, Gro Harlem — **“Our Common Future – The World ... CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – “Nosso Futuro. Comum”, 2º Edição** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1991.

BUENO, Roberta Marquezi. **Interpretação paleoambiental de paleossolos do Grupo Urucuia (cretáceo superior)**. 2012. 86 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/287317>>. Acesso em: 14 de maio de 2020.

Campos, L. C.de A. M. & Gonçalves, M. H. B (1998). **Introdução ao turismo e hotelaria**. Rio de Janeiro: Senac.

CASTRO, Celso; GUIMARÃES, Valéria Lima; MAGALHÃES, Aline Montenegro.

CAVALCANTI, Clóvis. (org.). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 2003.

Certificação Quilombola – Comunidades Certificadas. Fundação Cultural Palmares. 2020. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acesso em 07 de julho de 2020.

CISNE, Rebecca; GASTAL, Suzana. **Turismo e sua História: Rediscutindo Periodizações**. Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Caxias do Sul: UCS, 2010. Disponível em:<

https://www.ucs.br/ucs/tplSeminTur2010/eventos/seminario_de_pesquisa_seminatur/anais/gt09/arquivos/09/Turismo%20e%20sua%20historia.pdf>. Acesso em 12 de junho de 2020.

Coeqto divulga nota de repúdio à reabertura do turismo no Jalapão e pede intervenção do MPF. CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Disponível em: <<http://conaq.org.br/noticias/nota-de-repudio-coeqto/>>. Acesso em 16 de julho de 2020.

Ministério da Saúde. **COVID-19 NO BRASIL.** 2020. Disponível em: <https://susanalitico.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html>. Acesso em 14 de julho de 2020.

DALL' AGNOL, S. **Impactos Do Turismo X Comunidade Local.** Anais Do VII Seminário de Pesquisa Em Turismo Do Mercosul, 2012. 1–15.

DA CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **O evento da Covid-19 e seus impactos sobre o setor turismo: em busca de uma análise multi e trans-escalar.** REVISTA ACADÊMICA OBSERVATÓRIO DE INOVAÇÃO DO TURISMO, [S.l.], p. 1-15, dez. 2020. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/raoit/article/view/6636/3343>>. Acesso em: 11 de junho de 2021.

DAVIS, Mike. et al. **Coronavírus e a luta de classes.** Editora Terra sem Amos. Brasil, 2020. Disponível em: <<https://terrasemamos.files.wordpress.com/2020/03/coronavc3adrus-e-a-luta-de-classes-tsa.pdf>>. Acesso em 14 de julho de 2020.

DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm#:~:text=D4887&text=DECRETO%20N%C2%BA%204.887%2C%20DE%2020,Ato%20das%20Disposi%C3%A7%C3%B5es%20Constitucionais%20Transit%C3%B3rias.>. Acesso em: 08 de julho de 2020.

Desigualdades Sociais por cor e raça no Brasil. IBGE. 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=resultados>>. Acesso em : 07 de julho de 2020.

DIAS, Reinaldo. **Destino turístico**: ciclo de vida, turistas e residentes. *In*: Sociologia do Turismo. São Paulo: Atlas, 2003.

FABRINO, Nathália Hallack. **Turismo de base comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos**. 2013. 185 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar. Editora UFPR. Curitiba. N. 24, p. 220. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/QPr8CLhy4XhdJsChj7YW7jh/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 20 de abril de 2021.

FILHO, João dos Santos. Thomas Cook: **Marco da Historiografia do Turismo**: Ensaio sociológico sobre o surgimento e preconceito ao fenômeno turístico na história. 11 de setembro de 2004. Disponível em: <<https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/39-thomas-cook.pdf>>. Acesso em: 14 de junho de 2020.

Fundação Palmares. 2020. **Orientações às comunidades quilombolas para o enfrentamento do coronavírus**. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/COVID-19.pdf>>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

GODOY, Arilda S. **PESQUISA QUALITATIVA** - Tipos fundamentas. Rae Artigos, v. 35, n. 3, p. 20-29. São Paulo. 1995. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGqYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 13 de junho de 2021.

HALLACK, N.; BURGOS, A.; CARNEIRO, D. M. **Turismo de base comunitária: estado da arte e experiências brasileiras**. AmbientaMENTEsustentable, jan./dec. 2011.

HANAI, Frederico Yuri. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S.l.], v. 8, n. 1, fev. 2012. ISSN 1809-239X.

Disponível em: <<https://rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/589/276>>. Acesso em: 07 jun. 2020.

História do Turismo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2013.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Turismo de Base Comunitária - Principios e Diretrizes.** 2018. Disponível em:<https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/turismo_de_base_comunitaria_em_uc_2017.pdf>. Acesso em: 03 de jun. 2021.

LÉLÉ, S.M. **Sustainable Development: a critical review.** World Development, Pergamon Press, Oxford, Great Britain, v.19, n.6. jun. 1991.

LIRA, Elizeu Ribeiro, XAVIER, Jonathas Adonias. **Jalapão no Tocantins: Um território quilombola.** Revista Produção Acadêmica - Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários. Vol. 3, nº 2, 2017.

LUIS, José e MILLER, Clavellina. **Posibles efectos del Coronavirus en la economía mundial.** 2020. Disponível em: <<http://bibliodigitalibd.senado.gob.mx/handle/123456789/4805>> Acesso em 24 de abril de 2020.

MALDONADO, Carlos: Negocios Turísticos con Comunidades (NETCOM), Manual de facilitador, Módulo 3: **“El Turismo Comunitario em América Latina:** p.11, OIT-REDTURS, Quito, 2006.

MARUJO, M. e CARVALHO, P (2010): **“Turismo, planejamento e desenvolvimento sustentável”** En Revista Turismo e Sociedade. Vol.3, N.2, p.147-161.

Mielke, E. J., & Pegas, F. (2013). **Turismo de base comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma questão de gestão.** *Revista Turismo Em Análise*, 24(1), 170-189. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v24i1p170-189>>. Acesso em 28 de junho de 2020.

MONTEIRO, Rafael Lima. **Turismo de base comunitária como alternativa para a geração de emprego e renda:** o caso da Bomba do Hemetério em Recife/PE. 2012. 64f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) –

Departamento de Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

NASCIMENTO, Junior Batista do. **Tocantins: História e Geografia**. Goiânia. 8ª Edição. Editora Kelps. 2013.

NASCIMENTO, Lívia. **Turismo como instrumento para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 24 de julho de 2018. Disponível em: <<https://tecnoblog.net/247956/referencia-site-abnt-artigos/>> Acesso em 08 de junho de 2020.

OMENA, Erick. **Vulnerabilidade socioeconômica à crise COVID-19: o turismo como fator de alto risco**. Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais. n° 41. julho de 2020. Disponível em: <<http://emetropolis.net/artigo/321?name=vulnerabilidade-socioeconomica-a-crise-covid-19>>. Acesso em: 13 de julho de 2020.

PAULINO, Luís Antonio. **Os rumos do Brasil e da América Latina - A Pandemia do Coronavírus e seus impactos políticos e econômicos**. Editora Canal 6 - 1ª edição. Bauru - São Paulo. p. 161-178. Disponível em: <<https://contee.org.br/a-pandemia-do-coronavirus-e-seus-impactos-politicos-e-economicos/>> Acesso em: 13 de julho de 2020.

Rao, P. **Sustainable Development**. Ideal International E-Publication. India. 2000.

ROSA, Raoni da. **"Eu moro no Prata, no Ouro e no Bronze": processos de territorialidade e etnicidade no quilombo Povoado do Prata - TO**. 2013. 154 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

'Safe Travels': Global Protocols & Stamp for the New Normal. WTTC - World Travel & Tourism Council. 2020. Disponível em: <<https://wtcc.org/COVID-19/Safe-Travels-Global-Protocols-Stamp>>. Acesso em: 13 de julho de 2020.

SAMPAIO, Vanessa. **Crescimento do turismo mundial pode chegar a 4% em 2019. 22 de janeiro de 2019**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/12306->

crescimento-do-turismo-mundial-pode-chegar-a-4-em-2019.html>. Acesso em: 12 de junho de 2020.

SANTOS, Cláudia Borges Dos. **“De fraco a forte”: estratégias políticas dos movimentos quilombolas no Tocantins**. 2019. 172 f. il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SANTOS, Clézio. **Globalização, turismo e seus efeitos no meio ambiente**. Terra Livre, São Paulo, Ano 18, n. 19, p. 191-198, jul./dez. 2002. Disponível em: <www.cibergeo.org/agbnacional/terralivre19/12_Globalizacao__turismo_e_seus_efeitos_no_meio_ambiente.pdf> Acesso em 18 de junho de 2020.

SANTOS, M. São Paulo: Hucitec, 1997, p.15. **Técnica, espaço, tempo – globalização e meio técnico científico informacional**.

SEBRAE. 2020. Pesquisa Turismo. **Pesquisa realizada com empresários do Turismo de Palmas, Jalapão e Sudeste do Estado do Tocantins**. Disponível em:

<<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/TO/Anexos/RELAT%C3%93RIO%20TURISMO%202016-04.pdf>>. Acesso em: 14 de junho de 2021.

SEVERO SOARES, Luís Augusto. **Turismo e globalização: algumas perspectivas**. Revista Ibero Americana de Estratégia, vol. 6, núm. 1, 2007, pp. 63-70. São Paulo.

Significado da palavra “Escravidão”. Dicio – Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/escravo/>>. Acesso em: 05 de julho de 2020.

SOUZA, Maria Antônia Valadares de; DOS SANTOS, Nayara Silva; CANÇADO, Airton Cardoso. **Community-Based Tourism in the Citizens 'Territory of the Jalapão (TO): the Experience of Silver Quilombolas Communities e Mumbuca**. Revista Baru - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 226-241, dez. 2017. ISSN 2448-0460. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/6168/3369>>. Acesso em: 11 maio 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.18224/baru.v3i2.6168>.

TORRE, Francisco de la. **Sistemas de transporte turístico**. São Paulo: Roca, 2002.

TOSQUI, Patrícia. **Uma Breve História do Turismo**. V.1. novembro de 2007. ed. São Paulo: UNESP. Disponível em: < <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/texto-5363c73659d36.pdf> > Acesso em: 13 de junho de 2020.

Tulik, O. (1994). **Efeitos da globalização do turismo**. *Revista Turismo Em Análise*, 5(2), 7-15. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v5i2p7-15>. Acesso em 15 de junho de 2020.

TULIK, Olga. **Turismo em análise**. São Paulo: ECA USP, 1996

WWF. **O que é Desenvolvimento Sustentável?**. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/>. Acesso em: 07 de junho de 2020.

Nova Cartografia Social da Amazônia. **MAPA - Comunidades Quilombolas do Jalapão**. 2018. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com.br/download/05-mapa-comunidades-quilombolas-do-jalapao/>>. Acesso em: 10 de junho de 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE 01 – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM ENVOLVIDOS NA ATIVIDADE TURÍSTICA DA COMUNIDADE

- a) Qual seu nome? _____
- b) Qual sua idade? _____
- c) Qual sua função ou experiência oferecida no turismo?

Questões relacionadas à percepção dos membros da comunidade envolvidos na atividade turística em relação ao turismo de base comunitária e a pandemia do COVID-19.

- a) Você acha que o turismo é importante para a comunidade?

- b) Você sabe o que é turismo de base comunitária?

- c) Quais foram os benefícios obtidos pela comunidade após a relação com o turismo?

- d) A comunidade hoje é capaz de operar o turismo de base comunitária por conta própria? Se sim, quais os processos? Se não, por quê?

- e) Você se sente incentivado (a) a participar da atividade turística, por quê?

- f) Em sua opinião, o que precisa ser melhorado ou desenvolvido para o desenvolvimento do TBC na comunidade?

- g) Em sua opinião a pandemia do covid-19 causou impactos na atividade turística da comunidade?

- h) Você se sente seguro com a presença dos turistas durante a pandemia?

- i) O Sr. (a) já foi vacinado? _____

- j) Quais protocolos de segurança o Sr. (a) segue relacionados ao COVID?

Questões relacionadas à identificação dos aspectos culturais e possíveis potenciais na cultura, história e modos de saber e fazer que possam agregar valor à experiência do TBC na comunidade.

- a) Em sua opinião, quais potenciais socioculturais e naturais deveriam estar sendo utilizados como forma de fortalecimento do turismo na comunidade?

- b) O Sr. (a) gostaria de fornecer algum serviço para o fortalecimento do turismo local? Qual? (experiência ou vivência, produtos para comercio).

APÊNDICE 02 – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM A TESOUREIRA DA ASSOCIAÇÃO E RESPONSÁVEL PELOS AGENDAMENTOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO

- a) Qual seu nome? _____
- b) Qual sua idade? _____
- c) Qual sua função ou experiência oferecida no turismo?

Questões relacionadas à identificação da estrutura turística existente na comunidade para atendimento ao turismo de base comunitária.

- a) Quantas casas são utilizadas como acomodação para turistas? _____
- b) Quantas unidades habitacionais existem na comunidade para atendimento ao turismo? _____
- c) Como são distribuídos os leitos nas unidades habitacionais?

- d) Quantos restaurantes existem na comunidade? _____
- e) Qual a capacidade de atendimento dos restaurantes? _____
- f) Quais atrativos, produtos e serviços turísticos são oferecidos pelas comunidades?

- g) De que forma é distribuída a renda proveniente destes serviços entre os envolvidos?

- h) Qual a forma de organização interna das atividades turísticas disponíveis na comunidade hoje? Existem pessoas responsáveis por cada setor,

setores separados, como alimentação, hospedagem, escalas de atendimento?

- i) De que forma a comunidade é capacitada para a atividade turística geral?

Questões relacionadas à percepção dos membros da comunidade envolvidos na atividade turística em relação ao turismo de base comunitária e a pandemia do COVID-19.

- a) Como se deu o processo inicial de identificação e aceitação do turismo na comunidade?

- b) Quais foram as principais dificuldades encontradas para a tentativa de implantação de projeto de TBC na comunidade?

- c) Existe um plano de retomada ou iniciativa interna relacionada à retomada da operação do projeto de desenvolvimento do TBC na comunidade após a pandemia do COVID-19? Qual?

- d) Existe algum monitoramento ou incentivo à atividade por parte do Governo ou Município?

- e) A comunidade hoje é capaz de operar o turismo de base comunitária por conta própria? Se sim, quais os processos? Se não, por quê?

- f) Você acha que o turismo é importante para a comunidade?

- g) Você sabe o que é turismo de base comunitária?

- h) Quais foram os benefícios obtidos pela comunidade após a relação com o turismo?

i) Você se sente incentivado (a) a participar da atividade turística, por quê?

j) Em sua opinião, o que precisa ser melhorado ou desenvolvido para o desenvolvimento do TBC na comunidade?

k) Em sua opinião a pandemia do covid-19 causou impactos na atividade turística da comunidade?

l) Você se sente seguro com a presença dos turistas durante a pandemia?

m) O Sr. (a) já foi vacinado?

n) Quais protocolos de segurança o Sr. (a) segue relacionados ao COVID?

Questões relacionadas à identificação dos aspectos culturais e possíveis potenciais na cultura, história e modos de saber e fazer que possam agregar valor à experiência do TBC na comunidade.

a) Em sua opinião, quais potenciais socioculturais e naturais deveriam estar sendo utilizados como forma de fortalecimento do turismo na comunidade?

- b) O Sr. (a) gostaria de fornecer algum serviço para o fortalecimento do turismo local? Qual? (experiência ou vivência, produtos para comercio).

APÊNDICE 03 – FIGURAS

Figura 06 – Casa de alvenaria utilizada para hospedagem ao lado de estrutura de palha



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Figura 07 – Casa de alvenaria utilizada como meio de hospedagem.



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Figura 08 – Balcão de atendimento da Associação.



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Figura 9 – Almoço servido no restaurante Sabor do Quilombo.



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.